



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 499 - 23 DE MAIO A 7 DE JUNHO DE 2015 - R\$ 3,00

100 mil postos de trabalho destruídos somente em abril
70 bilhões de cortes orçamentários, que atingem a saúde e educação
As medidas do governo golpeiam a classe operária e demais explorados

**Que a CUT rompa com o governo. Que os
sindicatos convoquem as assembleias.
Organizemos a greve geral!**

Levantemos as bandeiras de:

- 1. Abaixo a Lei 4.330 da terceirização e as MPs 664/665;**
- 2. Imediata efetivação de 12 milhões de terceirizados;**
- 3. Fim do ajuste fiscal voltado ao sacrifício dos explorados.**
- 4. Fim das demissões! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem reduzir os salários! Emprego a todos, aplicando-se a escala móvel das horas de trabalho;**
- 5. Defesa dos salários contra a alta inflacionária e do custo de vida. Reposição das perdas, aplicando-se a escala móvel de reajuste salarial;**
- 6. Por um salário mínimo vital de R\$ 4.600,00!**

Que os capitalistas arquem integralmente com a crise do sistema capitalista

**Seis anos da morte do trotskista e dirigente do
Partido Operário Revolucionário da Bolívia
Viva a revolução proletária na Bolívia!
Viva o Internacionalismo Proletário!
Viva a reconstrução da IV Internacional!**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

É necessário enfrentar urgentemente as demissões

Sabe-se que a crise é profunda quando a burguesia começa a destruir forças produtivas. O método econômico-administrativo consiste em suspender ou reduzir drasticamente os investimentos na produção. Uma vez consolidada essa via, a economia de conjunto padece duras consequências. Quer dizer que da retração do crescimento se passa à recessão e desta à depressão.

O Brasil vem desde a eclosão da crise de 2008 em declínio. De um ritmo de altos e baixos, chegou à recessão. Todas as medidas “anticíclicas” traçadas pelo ex-ministro Guido Mantega de apoio a setores capitalistas e ao consumo popular foram perdendo capacidade de manter a marcha positiva das forças produtivas e se transformaram em seu contrário. A retração foi tomando força em setores distintos, até que se aproximaram em queda geral.

Nota-se que da retração na indústria de manufatura se passou à retração na indústria da construção civil. Apenas destacamos um exemplo do ritmo contraditório e irregular dos fatores de crescimento e retração.

Chegamos ao ponto em que se evidencia a destruição de forças produtivas com o fechamento de milhares de postos de trabalho e demissão em massa. Ressalta o fenômeno econômico e social na indústria automotiva porque é o carro-chefe das relações de produção. Mas vem se manifestando em todos os ramos industriais.

Segundo o IBGE, desde meados de 2011, portanto há três anos e meio, a indústria vem perdendo força e demitindo. As demissões em 2009, refletindo os efeitos imediatos da crise mundial de superprodução e gigantesco excesso de capital parasitário, assinalaram o curso dos acontecimentos, que agora atingiu um ponto sensível do desastre social.

De nada adiantou o governo Dilma destinar bilhões às multinacionais e a determinados setores nacionais. Apenas protegeu o lucro das empresas, adiou a chegada da recessão e dissimulou proteção aos empregos.

O IBGE indica que a indústria têxtil há tempo vem demitindo. Os sindicatos permaneceram alheios, como se nada tivesse acontecendo. Milhares de metalúrgicos, por seu lado, perderam os empregos. O sindicato de São Bernardo do Campo não teve como desconhecer. Mas vem agindo no sentido de obter das multinacionais uma indenização, assim, não defende os postos de trabalho.

O PDV foi uma hábil criação das multinacionais, que contou com a conivência da burocracia sindical. Por estar mais organizado e controlar a fração mais avançada da

classe operária, o sindicato metalúrgico consegue negociar medidas como o PDV. O que lhe dá capacidade de manobra diante dos operários que veem no restante da indústria ocorrerem demissões a secas. Primeiro, as multinacionais jogam com as férias coletivas, lay-offs e redução da jornada com redução salarial. Cria-se o clima político para a burocracia surgir como negociadora. Depois vem a ameaça de demissões e a porta de saída do PDV. Cria-se o impasse quando uma parcela grande da lista de demissões resiste ao PDV. É o que está acontecendo neste momento na Mercedes Benz. A empresa alemã demitiu 500 em abril. O sindicato decretou a greve. Em poucos dias, selou-se o acordo de suspensão das demissões e abertura de um PDV um pouco mais recheado que o originalmente apresentado. Multinacional e sindicato esperavam que a manobra funcionasse. Muitos não aderiram. A Mercedes anunciou que terá de demitir. É bem provável que a burocracia pedirá um PDV mais atrativo.

Esse é o caminho percorrido pela *burocracia negociadora*. Sua função é de aplacar o ódio dos operários ao patronato que destroem postos de trabalho. É nesses momentos que ressalta o *aburguesamento* das organizações sindicais. Suas direções se negam a defender a reivindicações que protegem os trabalhadores da crise e da superexploração. Colocam-se no campo da administração capitalista e agem para impor suas medidas de proteção ao capital.

É necessário despertar a consciência de classe da vanguarda operária sobre a tarefa de constituir a direção revolucionária. O caminho determinado pela situação é o de propagandear e agitar um programa de defesa dos explorados, ao mesmo tempo em que se trava a luta contra a política de conciliação da burocracia.

Estão colocadas as bandeiras: **Por um movimento nacional de defesa dos empregos e salários. Emprego não se negocia, se defende com greves, ocupações e com o controle operário da produção. Unidade operária em defesa: 1) Fim das demissões; 2) Redução da jornada sem reduzir os salários; 3) Estabilidade no emprego; 4) Divisão das horas nacionais aplicadas na produção entre todos aptos ao trabalho (Escala móvel das horas de trabalho); 4) Não ao PDV, lay-off, redução da jornada com redução dos salários e todo mecanismo de flexibilização capitalista do trabalho.** Que os sindicatos e as centrais organizem imediatamente um movimento nacional de frente única de defesa dos empregos e salários.

Combater o Ajuste Fiscal com a política operária

Na última reunião com ministros e lideranças políticas governamentais, liderada por Michel Temer/PMDB, avалиou-se o resultado da aprovação das Medidas Provisórias 664-665. Foi um passo importante para afirmar o ajuste fiscal concebido pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy. Não foi do agrado do governo as mudanças feitas pelos parlamentares que reduzem a economia de R\$ 18 bilhões para R\$ 14,5 bilhões anuais. A ordem de Levy é para cortar ao máximo de dispêndio orçamentário e arrecadar o máximo possível de impostos.

A meta de superávit primário deve ser cumprida custe o que custar. Se o governo Dilma atingir o resultado previsto, pode-se firmar e levar adiante o ajuste fiscal. Contando com o apoio do capital financeiro nacional e internacional, a crise política tende a tomar um caminho distinto do pretendido por setores da oposição de abreviar o mandato de Dilma por meio de um processo legal de cassação (impeachment).

Nos cálculos de Levy colocados sobre a mesa da presidente estão os cortes nos gastos do orçamento de R\$ 70 bilhões. Esse contingenciamento, sem dúvida, incidirá na economia como um fator recessivo. O custo a ser pago pelos assalariados e por setores da pequena burguesia pode ser maior do que o imaginado. Pelo visto, o ataque ao seguro-desemprego, abono salarial, seguro defeso e às pensões é apenas um sinal para o conjunto da burguesia de que o governo está seriamente empenhado em garantir o pagamento dos gigantescos juros e amortizações da dívida pública.

Dilma Rousseff viu seu mandato naufragar caso não mudasse drasticamente as diretrizes econômicas de seu primeiro mandato. O destino da governabilidade passou a depender, em última instância, dos banqueiros. Já não importavam as convicções nacionalistas e reformistas do passado. O concreto era que não havia o que reformar e o que preservar dos interesses nacionais. Dilma está disposta a abrir mão de tudo, certamente com os cuidados que a situação da crise exige. Tem de considerar a possibilidade de a classe operária reagir aos ataques e à condução antinacional do país. O novo plano de privatização foi o sinal de que se poderá mexer naquilo que parecia ser intocável, como o índice nacional de produção. Nem mesmo a Petrobrás está incólume. Tudo dependerá da evolução da crise. As primeiras vitórias do governo no Congresso Nacional arrefeceram a ofensiva dos opositores. Michel Temer parece ter assumido

o controle das bases governistas, ainda que precariamente e muito cedo para se dizer que está firme.

O PT atravessa angustiante contradição. Não que seja algo novo. Mas o fato de ter de votar as MPs anti-operárias o colocou no campo do liberalismo pró-imperialista. Os parlamentares petistas tiveram de ser arrastados pelo pescoço, puxados pelo PMDB que assumiu plenamente a responsabilidade pelo ajuste fiscal. Essa nova conduta política alimenta os conflitos internos ao partido e deste com setores da burocracia sindical. Não por acaso, volta a discussão sobre a distinção entre partido e governo. Uma fração à esquerda acha que nem tudo do governo tem de ser apoiado. No entanto, na prática, o PT se tornou responsável pelo ajuste fiscal e por suas primeiras medidas anti-operárias. Os principais dirigentes chegaram à conclusão de que o PT tem de se disciplinar por trás do governo. Lula deixou extravasar a proposta de abreviar o mandato da atual direção. Avalia que não está à altura de colocar o PT como linha de frente de sustentação do governo. Indica que a burocracia partidária precisa assumir inteiramente o comando e afastar as influências da esquerda reformista, que ainda insiste na antiga tese do governo democrático e popular.

A experiência da classe operária com o colaboracionismo petista somente não se tornou definitiva porque lhe falta uma fração revolucionária capaz de organizar a luta contra o governo burguês de Dilma e expressar o programa proletário. Por essa via, governo e oposição mostrariam diante das massas o seu denominador comum: garantir a continuidade do capitalismo, descarregar a crise sobre os explorados e bloquear a luta independente da classe operária. Os petistas e a CUT, de um lado, têm procurado confundir as massas com o perigo do golpe de direita, chamando-as contraditoriamente a apoiar o governo e rejeitar as medidas antioperárias. Na realidade, de fato, apoiar o governo e em palavras rejeitar as medidas. De outro, a Força Sindical procura aparecer diante dos assalariados como opositora a um governo que os ataca com as MPs, para ao mesmo tempo defender a Lei da Terceirização. Essa confusão serve aos interesses da burguesia. É dever da vanguarda desmascarar a política confucionista. O que está colocado é organizar o movimento nacional pela derrubada das MPs, da Lei da Terceirização e o ajuste fiscal. É parte dessa luta as bandeiras gerais contra as demissões, o desemprego e a destruição de conquistas sociais.

**Pela imediata libertação
de Jarlin Coca!**
**Pela imediata libertação dos
presos políticos no Brasil!**

Governo e justiça da Bolívia condenam e prendem Jarlin Coca. Seu crime: organizar o movimento estudantil e defendê-lo contra a ação policial. No Brasil, também temos estudantes processados e presos por participarem nos protestos. Lutemos contra a criminalização dos movimentos sociais.



Dia Nacional de paralisação rumo à greve geral
Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)
Aos trabalhadores e à juventude

Derrubar com greves e nas ruas as MPs 664/665
e o PL 4.330 da tercerização!

Derrotar a política de ajuste fiscal de Dilma/Levy
Responder com luta unitária às demissões em massa

Está claro que a crise levou o governo Dilma Rousseff a mudar a política econômica. Já não se fala em “desenvolvimento nacional sustentado com distribuição de renda”, “inclusão social” e “reparação histórica das injustiças”. A promessa de proteger os explorados, nos bons e nos maus tempos, se desfez. As limitadas medidas de “erradicação da miséria” não mais se sustentam. Agora, Dilma Rousseff se empenha em impor o “ajuste fiscal”.

Todos os esforços do governo estão voltados a alcançar a meta do superávit fiscal. Economizar para ter um saldo que garanta o pagamento da gigantesca soma de juros e amortizações da dívida pública— essa é a ordem.

As baterias do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, não se voltam contra os banqueiros, o capital industrial, comercial, agropecuário e as grandes fortunas. Estão direcionadas, fundamentalmente, contra os explorados. A retirada parcial de benefícios fiscais aos capitalistas não configura grandes danos a sua alta lucratividade e enorme concentração de riqueza. O grosso das saraivadas é apontado contra os assalariados.

As primeiras medidas anti-operárias do governo se voltam contra o seguro-desemprego, o abono salarial, a pensão por morte, o auxílio-doença e o seguro defeso. Bilhões serão arrancados dos assalariados para serem entregues aos parasitas detentores de títulos da dívida pública.

O governo petista se mostrou incapaz de contrariar os interesses do capital financeiro nacional e internacional. Antes tinha a justificativa de que o aumento da dívida era transitório e servia para manter o crescimento econômico. A desoneração da folha de pagamento, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, serviu às multinacionais e desserviu à Previdência. Foram mais alguns bilhões colocados na conta do Tesouro Nacional. Quem pagou seu custo foi o trabalhador. Agora, é convocado a pagar ainda mais, com as MPs 664/665.

A maioria dos parlamentares do PT e PCdoB votou a favor da quebra de direitos trabalhistas e previdenciários. A oposição votou contra as MPs 664/665, poucos se colocaram do lado do governo.

O PSDB e aliados aproveitaram para atacar o governo e o PT como “traidores dos mais humildes”. A que ponto chegou o segundo mandato de Dilma! O governo está entregue às pressões dos banqueiros, de um lado; e da oposição pró-banqueiros de outro. As forças que mantêm a instável governabilidade estão nas mãos do PMDB. O PT segue forçosamente o que ditam os grandes capitalistas e o que decide o PMDB. As suas in-

coerências servem à política da oposição, que pode espezinhar à vontade e comparecer perante as massas como defensora dos mais humildes.

Nessa situação de crise, a burguesia meteu a fundo a sua pá. E ergueu o Projeto de Lei 4.330, com as mãos do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que foi votado antes das MPs. Obteve facilmente a maioria dos deputados. Dilma Rousseff não fez senão negociar os aspectos fiscais. Assim, assumiu uma posição de conviência. A Força Sindical agiu como aliada da FIESP. A CUT se posicionou contra o PL 4.330 e se diz contra as MPs. Mas nada indica que sua direção está sendo séria.

Essa descrição dos fatos é importante para se saber quem de fato está pela derrubada da Lei da Terceirização e das MPs. Se a derrota dessas medidas depender das manobras políticas dos governistas e oposicionistas, não ocorrerá. As duas principais centrais – CUT e Força Sindical – não são independentes, não respondem à política de classe do proletariado. Estão submetidas às disputas interburguesas em torno da crise política: da defesa do governo, de um lado; e do ataque com a bandeira do “impeachment”, de outro.

Somente uma ruptura da classe operária com os controles burgueses, governamentais e burocrático-sindicais evitará que o pior aconteça. As necessidades e os instintos de defesa coletiva do proletariado assinalam esse caminho. É o que preocupa a direção da CUT em não se apresentar completamente atada ao governo e ter sido obrigada a dizer da boca para fora que está contra as medidas do Planalto.

Nesse quadro de disputa, a Câmara dos Deputados aprovou tanto o PL 4.330, quanto as MPs. O PSDB e seus lacaios puderam levantar a faixa com os dizeres “O PT traiu os mais humildes, desempregados, pescadores e viúvas”, sem que tivesse um pinga de verdade em sua posição contrária às MPs. Simplesmente podiam denunciar e votar contra, ficando na cômoda posição de minoria. O mesmo ocorreu com os parlamentares do PT e seus aliados quando votaram contra e denunciaram a Lei da Terceirização. Esse jogo oculta que tanto o governo quanto a oposição estão pela diretriz que descarrega a crise capitalista sobre as costas da maioria explorada.

Nem o PSDB, nem o PT; nem o governo, nem a oposição estão por uma diretriz que obrigue a burguesia a arcar com os custos de sua própria crise. A CUT e a Força Sindical dançam de acordo com o baile montado pelo governo e pela oposição. As diferenças são praticamente as mesmas que entre gover-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

nistas e oposicionistas parlamentares. A direção da CUT tem disfarçado com as críticas às MPs. O fato é que não fez nada para impedir a sua votação na Câmara.

A classe operária está nas mãos de direções sindicais pró-capitalistas e promotoras da política burguesa de conciliação de classes. Direções que se dividem em torno de interesses particulares da burguesia. Basta ver o que diferencia o PL 4.330 das MPs 664/665. A Lei da terceirização objetiva uma mudança mais profunda nas relações trabalhistas, desguarnecendo os assalariados com a quebra do contrato coletivo do trabalho e anulação da CLT. Interessa, em particular, a fração capitalista industrial. As MPs 664/665 alteram direitos trabalhistas e previdenciários de acordo com os interesses, em particular, do capital financeiro. Sem dúvida, de conjunto, protegem a burguesia, acuada pela decomposição mundial do capitalismo, com seus reflexos nacionais, e compromete a vida dos explorados.

Está aí por que qualquer diferenciação que se faça entre tais medidas capitalistas, rejeitando uma e apoiando outra, acaba-se servindo a uma das frações da burguesia. Essa tem sido a conduta política e sindical da CUT e da Força Sindical.

A tarefa do movimento operário e dos demais assalariados é de derrubar de conjunto tais medidas. O dia **Nacional de Luta** tem de expressar a independência das organizações sindicais, populares e partidárias diante da ofensiva do governo e da burguesia. Caso contrário, não impulsionará o movimento para uma poderosa greve geral. Não ganhará a confiança dos oprimidos.

A CUT deve romper com o governo. Sua política de colaboração de classes deve ser quebrada. A Força Sindical deve ser denunciada em suas bases como aliada da FIESP. A bandeira de frente única sindical de combate deve ser amplamente difundida entre os explorados. A defesa da democracia e independência sindicais deve calar fundo no próximo período. O trabalho pela criação de organismos de soberania operária e popular deve orientar a organização do movimento. Essa é a via da verdadeira defesa da vida da maioria oprimida e do avanço contra o capitalismo decadente.

As reivindicações não devem ser vinculadas à bandeira burguesa de reforma política. É inaceitável a bandeira da CUT de “Com os direitos, contra a direita”. Essa declaração de apoio ao governo expressa a contradição vivida pela burocracia sindical petista. Sob essa orientação, não há como quebrar a ofensiva capitalista contra os trabalhadores, que na situação se expressa na diretriz montada pelo ministro Joaquim Levy. Nem a CUT, nem a Força Sindical; nem o PT, nem o PSDB levantaram a bandeira de “Fora Levy”, “Abaixo o ajuste fiscal anti-operário, antipopular e antinacional”. Digladiam-se, mas sobre a base de uma mesma política econômica. Essa fraude tem de ser denunciada e combatida no interior do movimento

operário e popular.

Inevitavelmente, as massas nas ruas contra as MPs e o PL se chocarão com o ajuste fiscal de Dilma/Levy e com a Lei da Terceirização apoiada pela oposição. A posição da CUT de combinar a rejeição das medidas anti-operárias com o apoio ao governo resultará em prejuízo para a causa dos explorados. Prevalecerá o apoio em detrimento da luta pela derrubada das MPs e do PL da terceirização. Enquanto prevalecer essa confusão, a Força Sindical terá espaço junto às bases para apoiar os objetivos reacionários da burguesia.

A luta pela independência dos sindicatos diante do Estado, do governo e da burguesia é parte da luta pela organização do movimento de massa contra as medidas anti-operárias. Há um visível descontentamento entre os explorados. O impacto da crise sobre as condições de vida da maioria oprimida não se limita às recentes medidas governamentais. A alta do custo de vida vem solapando os salários. As demissões avançam a olhos vistos. De conjunto, essas mudanças negativas têm impulsionado greves em vários setores. O que impede uma ação mais ampla, unitária e coordenada é a política da burocracia sindical de colaboração de classes.

Destacam-se no momento a greve dos professores em São Paulo e no Paraná, governados pelo PSDB. A brutal repressão do governador paranaense aos grevistas não é local e nem casual. Indica a tendência do acirramento da luta de classes. Em São Paulo, os professores heroicamente sustentam uma greve de dois meses, enfrentando um Geraldo Alckmin inflexível. É necessário unificar as lutas sob bandeiras comuns.

O Dia Nacional de Luta pode abrir um caminho de resistência nacional. Trata-se de despertar a classe ope-

rária para os perigos iminentes e do futuro próximo. Seus instintos de defesa aflorarão com o programa de reivindicações próprias, distintas e contrapostas aos interesses econômicos e políticos da burguesia. Que neste Dia Nacional de Luta se ergam as bandeiras:

1. Revogação imediata da Lei 4.330 da terceirização e das MPs 664/665;
2. Fim do ajuste fiscal voltado ao sacrifício dos explorados. Que os capitalistas arquem integralmente com a crise do sistema de exploração do trabalho!
3. Fim das demissões! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem reduzir os salários! Emprego a todos, aplicando-se a escala móvel das horas de trabalho;
4. Defesa dos salários contra a alta inflacionária e do custo de vida. Reposição das perdas, aplicando-se a escala móvel de reajuste salarial;
5. Por um salário mínimo vital!;
6. Apoio às greves dos professores!



Votação da Terceirização: petistas e peceadobistas votam contra, mas não organizam movimento pela derrubada do PL



Os mesmos bandidos que aprovaram a Terceirização posaram de defensores dos direitos na hora de votar a MP 665

Uma avaliação dos 70 dias de greve

A longa greve, as assembleias gigantescas e os bloqueios constantes de rodovias e avenidas marcaram a enorme combatividade dos professores paulistas. É considerada a terceira maior em duração. As maiores foram de 1989 e 1993, com 80 e 79 dias de paralisação respectivamente.

O PSDB carrega a responsabilidade de não funcionamento do primeiro semestre de 2015. Boa parte das escolas da capital e dos grandes municípios, principalmente as de Fundamental II e Médio, não funcionam ou tiveram anormalidades em função da greve. Mesmo assim, o governo se mantém irredutível diante das reivindicações do movimento.

Por um bom tempo, Alckmin insistiu na campanha de que não havia greve, mas sim professores faltosos. A força das manifestações de rua desfez a calúnia governamental, potenciada pelos grandes meios de comunicação. Passou, assim, a investir em outra campanha de que já havia oferecido 45% de reajuste salarial e que o sindicato pedia mais 75,33%, objetivando comover a população da justiça de não aceitar a reivindicação dos professores. Essa política malfazente não se sustentou. O mesmo ocorreu com as denúncias de que se tratava de uma greve dos professores contratados, ou de uma greve do PT/CUT. No entanto, os fatos se impuseram no curso da greve. Alckmin foi forçado a abrir a negociação com a Apeoesp, embora se mantivesse irredutível.

Trata-se de um governo extremamente autoritário, que está a serviço do cumprimento de cortes à educação pública. Basta que lembremos que somente no primeiro quadrimestre deste ano foram cortados 25% de recursos destinados à educação (R\$ 368,7 milhões para R\$ 276 milhões). A política de nenhuma concessão às reivindicações da greve não é um ato isolado de Alckmin. Há uma diretriz geral imposta pelo plano de Ajuste do governo Dilma/Levy, que está sendo aplicada pelos governadores e prefeitos. A longa e combativa greve dos professores está em choque com essa diretriz, defendida com unhas e dentes por todos os governos, sejam eles do PSDB, do PMDB ou do PT.

Alckmin e a Justiça sangram a Apeoesp

O governo a criminaliza a greve. Recorreu à Justiça para multar em R\$ 300 mil o sindicato por ter realizado os bloqueios de rodovias. Vem obtendo liminares judiciais que avalizam o desconto dos dias de greve. Não acata, por outro lado, nenhuma decisão judicial que favoreça os professores grevistas, a exemplo do cumprimento da Lei do Piso e agora o pagamento dos dias parados. Ameaça diariamente os grevistas por meio da legislação em favor do governo.

Como se vê, a Justiça é um braço do Estado. Está a serviço do direito à exploração do trabalho. Os governos e os capitalistas a utilizam em favor dos interesses da minoria burguesa, que comanda o Estado e a economia. Os atritos que por ventura aparecem no interior do aparato judicial, como esse de um juiz se pronunciar em favor de uma ação movida pelo sindicato, não têm força para modificar as leis gerais de funcionamento desse organismo. São pontuais e servem de manobra para finalmente dar causa favorável ao governo. É um erro apostar na Justiça e canalizar a luta grevista para o legalismo.

No Brasil, não há direito de greve. O que há são restrições ao direito de greve. As greves são constantemente julgadas como abusivas. As multas são impostas aos grevistas e aos sindicatos.

As greves devem ser comunicadas com antecedência aos patrões. Os trabalhadores devem derrubar as leis antigreve. Os sindicatos têm a tarefa de desenvolver um grande movimento pelos direitos democráticos dos trabalhadores.

Nenhum pagamento de multa! Defesa do direito irrestrito de greve!

O ziguezague da diretoria da Apeoesp

As assembleias gerais iniciaram rechaçando a direção da Apeoesp, que em 2013 suspendeu o movimento sem nenhuma conquista e com uma parcela importante de professores disposta a lutar. O “fora Bebel” foi a expressão dos grevistas diante de uma direção que carregava o peso da traição. Para dirigir as assembleias, a diretoria (Articulação/PT) passou a aceitar as propostas de setores de oposição, como os locais de assembleias, percursos de passeatas e bloqueios. Ao mesmo tempo, procurou fazer uma inflexão, conduzindo o movimento para a Assembleia Legislativa. Tentou retomar sua velha política de “pressão” aos deputados, em particular ao presidente da Assembleia, Fernando Capez, com o intuito de abrir caminho para a negociação com o governo. O espertalhão Capez compareceu como o homem que poderia aproximar a Apeoesp do governador inflexível, mas em pouco tempo (um dia de permanência dos grevistas na Assembleia Legislativa) caiu a máscara. O deslocamento da greve para o método parlamentar perdeu força, obrigando a direção a aceitar os métodos da ação direta. Por algumas semanas, os grevistas pararam as rodovias e realizaram o bloqueio da Av. 23 de Maio e da Marginal Pinheiros, propostas defendidas por correntes de oposição.

Outra tentativa de desviar a greve dos métodos radicais ocorreu com a política da direção, sem ser discutida nas assembleias, de recorrer ao judiciário. Iniciou com um pedido de reunião de conciliação no Tribunal de Justiça. Armou uma tribuna, na Praça da Sé, para que representantes dos sindicatos cutistas, movimentos populares, centrais sindicais (CUT, Intersindical, CTB e CSP-Conlutas) discursassem em favor da greve, enquanto ocorria a “conciliação”. Dias antes, entrou com liminar na Justiça pedindo o pagamento dos dias parados. A posição favorável aos professores foi logo rejeitada pelo governador, mas serviu para que a direção prosseguisse nessa rota de judicialização da greve, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal.

O importante é ressaltar que a burocracia da Apeoesp continuou com seu método de conduzir as greves: manifestações pacíficas, pressão legislativa e utilização da Justiça. Circunstancialmente, foi empurrada a se colocar pelos métodos radicais para não ser rechaçada pelas assembleias, com forte presença de uma juventude ingressante do magistério (professores recém-concurados e com contratos precarizados).

Não resta dúvida que, apesar da combatividade dessa greve, a política da burocracia de priorizar a Justiça alimentou ilusões do professorado (camada de classe média, embora pauperizada) de que a greve poderia ter um desfecho favorável a partir da interferência judicial. A experiência de utilização da justiça como árbitro de um conflito grevista, envolvendo o governo e os professores, é amarga.

As posições das Correntes de esquerda

As correntes de oposição compareceram com as propostas de

radicalização do movimento. Mas, com poucas semanas da greve, o PSOL procurou a via da “audiência pública” na Assembleia Legislativa, sob a condução do deputado Carlos Giannazi. Mas logo a burocracia do sindicato tomou à frente com a suposta pressão parlamentar. Como fracassou, o PSOL retomou as propostas de ação direta. Com a virada para a Justiça, o PSOL e o PSTU (incluindo as correntes que compõem a Oposição Alternativa) iniciaram as avaliações nas regionais e no Conselho de Representantes de “recuo tático”, “não esgarçar a vanguarda” etc., objetivando desmontar a greve. Mas, não puderam ir à frente porque o governo não cedeu e a Justiça se mostrou morosa no desfecho do conflito. Porém, em várias regiões a burocracia pôde contar com essas correntes para iniciar os passos no sentido de recolher a greve. Não falamos do PCO porque passou boa parte da greve anunciando o iminente golpe da direita contra o governo Dilma, que lhe garantiu um convite da burocracia para participar da comissão de negociação.

Política da Corrente Proletária

Desde o início da greve, a Corrente Proletária se colocou pela radicalização do movimento para derrotar o governo. Defendeu os bloqueios e as ocupações. Denunciou, naquele momento, as pressões legislativas e, agora, a judicialização da greve. Mostrou

os obstáculos do movimento, criticando a conduta do CPP e Udem que se posicionaram ao lado do governo, dificultando a mobilização de uma camada de professores (PEB1) e reforçando o autoritarismo de diretores. Combateu o isolamento da greve, chamando a unidade com o funcionalismo estadual e com as greves da educação em outros estados. Posicionou-se pela unidade grevista dos professores estaduais e municipais, mas o PSOL e PSTU, juntamente com a burocracia do Sinpeem, se colocaram contra. Defendeu a greve das universidades estaduais como parte de uma greve geral da educação no estado. Denunciou a violência desfechada pelo PSDB sobre os professores do Paraná e o papel traidor da burocracia da CNTE. Atuou ativamente nos comandos de greve para fazer valer as decisões das assembleias e impulsionar a radicalização do movimento. E propôs que os setores de oposição convocassem plenárias para a organização da vanguarda que despontou na greve, mas não se efetivou porque o PSOL e PSTU (correntes majoritárias) recusaram.

A Corrente Proletária trabalha para fortalecer essa fração revolucionária na Apeoesp. Para isso, realizou várias plenárias de discussão da situação política e balanço do movimento grevista. Essa é uma tarefa fundamental para a constituição de uma direção classista e combativa no sindicato.

Paraná: a greve do funcionalismo continua

Antes mesmo da fumaça das bombas se dissiparem no centro cívico em Curitiba, o governo empurrou o funcionalismo a uma nova greve, desta vez pela reposição integral das perdas acumuladas no último ano. No dia 5 de maio, o governo indicou que poderia não pagar em maio (data base do funcionalismo paranaense) o índice de 8,17% acumulados nos últimos doze meses. Imediatamente, a assembleia da APP, programada pela direção para encerrar a greve, reagiu decretando a greve geral por tempo indeterminado. As universidades que também estavam paralisadas, engataram uma greve na outra, incorporando a reposição integral como bandeira central.

Na mesma semana, caíram o secretário de educação e o da segurança. Antes, já havia sido trocado o chefe da polícia militar após conflito público com o secretário da segurança, que tentou se esquivar das responsabilidades pelo massacre. Nesse contexto, a greve dos servidores se potenciou e a perspectiva duma greve geral se colocou. Penitenciários, servidores da agricultura e meio ambiente e judiciários se mobilizaram e estão dispostos a entrar em greve na próxima semana.

A generalização da greve é decisiva para arrancar do governo a reposição, por isso, a APP e o Fórum das Entidades Sindicais permitiram o ingresso de mais sindicatos no Fórum. Dessa forma, ao invés de se constituir um Comando Estadual de Greve, eles continuam com o controle do movimento, mas, tentam empurrar as outras categorias para a greve. O obstáculo para a generalização é que diversos sindicatos estão extremamente burocratizados e não conseguem num momento propício como este convencer às bases a entrar em greve. É o caso da saúde. Em contrapartida, os penitenciários estão dispostos a fazer a sua primeira greve em condições de duríssima repressão.

No caso das universidades, ainda há resistências para se reconstituir o comando desfeito quando as seções sindicais negociaram em separado com o governo o fim da primeira greve em março. Este obstáculo terá que ser ultrapassado pela pressão das assembleias, sob pena da greve nas universidades refluir por pressão dos setores privatistas que já trabalham para furar a greve e

em apoio ao governo. Também pode ajudar a se estabelecer um comando estadual, o movimento que já se verifica nas regiões, de coordenar atividades conjuntas entre sindicatos em greve.

A continuidade da greve é um fator da crise política do governo, mas também se alimenta da crise que sofre na sua própria base. Muitos deputados que bancaram os “pacotes” de dezembro e fevereiro, e aprovaram o confisco da previdência no dia do massacre, estão cansados do desgaste e se rebelam. Já existe uma maioria na Assembleia que rejeita o índice miserável de 5% proposto pelo governo. Até agora Beto Richa não enviou o projeto de Lei com esse índice. Para piorar, o Judiciário e o Ministério Público se dispõem a pagar os 8,17% aos seus servidores, colocando o executivo numa situação mais incômoda. A última semana de maio será decisiva neste confronto.

O governador Beto Richa, no entanto, prossegue sua cruzada para justificar o massacre e a reposição abaixo da inflação. Tenta sem sucesso nacionalizar o conflito acusando a APP de ser um braço do PT para desgastar o PSDB. Mostra-se ingrato com aquele sindicato que tudo fez para ajudá-lo a botar a mão nos 8 bilhões da previdência e só na última hora resolveu enfrentá-lo. Em grande medida, a postura de colaboração da APP/CUT se deve precisamente a que expressa a política anti-operária do PT e do governo federal.

Em contraposição a essa política de colaboração de classes da CUT e das outras direções sindicais, o que se coloca como tarefa é a denúncia do conjunto da burguesia e seus partidos nos governos federal e estaduais, que descarregam sobre o funcionalismo e as massas oprimidas o custo da crise capitalista. Não se pode aceitar o corte de direitos e o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores para pagar a dívida, feita para favorecer o capital. O que o governo do Paraná faz com os servidores é o mesmo que o governo federal faz e tem a mesma finalidade. Isso já se evidencia com a destinação que Beto Richa faz dos recursos arrecadados pelo pacote de dezembro ao privilegiar o pagamento de empreiteiras e construtoras em detrimento do funcionalismo. É dessa evidência que o movimento grevista deve tirar forças e continuar até derrotar o governo.

Trabalhadores em Educação da rede municipal rejeitam greve e farão nova paralisação no dia 29 de maio

No dia 15 de maio ocorreu mais um ato/assembleia do Sinpeem, no Viaduto do Chá, em frente à Prefeitura. A categoria se encontra em campanha salarial. A direção do sindicato foi recebida e não obteve mudança significativa na proposta inicial do governo. Este havia apresentado no dia 28 de abril um documento relativamente extenso, com uma série de promessas sobre temas diversos. No centro da proposta, acenou com a elevação em 10% dos pisos salariais (início da carreira) através de abono complementar a partir de outubro, incorporando-o somente em 2017 e 2018 em parcelas iguais. Além disso, propôs aumentar em 10% o PDE (Prêmio de Desempenho Educacional).

A única modificação apresentada no dia 15 foi a antecipação de 5% do abono para maio de 2015, mantendo os 5% restantes para outubro. Os trabalhadores em Educação rejeitaram a proposta, indicando a continuidade da mobilização para pressionar o governo Haddad a atender as reivindicações. A categoria exige 25% de reajuste e melhoria nas condições de trabalho. Restava à assembleia decidir como encaminhar a luta dali em diante, ou seja, quais métodos seriam empregados e qual calendário de mobilização seria mais adequado.

A Corrente Proletária na Educação se pronunciou a esse respeito, defendendo o início imediato da greve e unificação com os professores da rede estadual. Partia da avaliação de que: 1) a proposta de Haddad/Chalita era uma migalha; 2) as mesas de negociação só serviriam pra prosseguir com a enrolação; 3) o histórico demonstrava que não cabia confiar nas promessas do governo petista; 4) as paralisações tinham conseguido boa adesão, com boa possibilidade de ampliação; 5) a unificação com o estado daria força a ambos os movimentos e permitiria colocar em destaque a defesa da escola pública. A Corrente Proletária também defendeu realizar novo ato/assembleia na semana seguinte, no dia 22 de maio, sabendo que a Apeoesp havia marcado sua assembleia para o mesmo dia. Por fim, defendeu encerrar o ato unificando com a passeata do magistério estadual, que passaria pela Praça da Sé, a apenas alguns quarteirões de distância.

USP: Sobre como o indicativo de greve foi abortado em razão de uma manobra de Alckmin

As universidades estaduais paulistas estão sofrendo com as medidas de privatização e precarização impostas pelos reitores, a mando do governo. As 1472 demissões de funcionários na USP, a suspensão de contratações e os cortes de verbas estão se manifestando no fechamento e precarização de serviços (fechamento de especialidades no HU, fechamento do bandejão da prefeitura, cancelamento de mais de 100 vagas na creche, 73 estudantes alojados com moradia negada, e por aí vai). A USP racista não aplica as cotas. Ou seja, motivos temos de sobra para enfrentar os ataques de Zago/Alckmin. A campanha salarial de funcionários e professores seria mais um deles. Os reitores/governo ofereceram um reajuste parcelado: 4% agora e 3,09% em outubro. Isso é mais confisco salarial, além do que já foi imposto no ano passado, quando se obteve 5,2% de reajuste diante de uma inflação bem maior. Tudo isso acontecendo numa conjuntura de greves em vários setores, em particular na

A proposta de iniciar a greve foi colocada em votação sem que fosse feita defesa em contrário, concluindo derrotada. Sobre o calendário, a burocracia sindical, com apoio de setores da oposição, realizou uma manobra no encaminhamento: apresentou o dia 29 de maio, data de paralisação nacional apontada pela CUT e movimentos sociais, em contraposição às demais propostas. Dizemos que foi uma manobra, pois ninguém tinha objeção quanto ao dia 29, poderia ser aprovada separadamente. A corrente Conspiração Socialista contribuiu com a confusão indicando o dia 21, sem qualquer conteúdo concreto. Foram à votação, portanto, três propostas: 21, 22 e 29 de maio. Se somadas, as votações das duas primeiras propostas venceriam a terceira, revelando o equívoco da Conspiração Socialista, que facilitou a vitória da proposta da burocracia sindical.

Cabe colocar em relevo, entretanto, que coube ao PSol, com anuência do PSTU, a defesa do dia 29. Claudio Fonseca/PPS, presidente do sindicato, apresentou a proposta como “da diretoria”. A corrente APRA (Alternativa para Resistir - PSol), que fez uso da palavra, sequer se diferenciou - estes setores compõem a diretoria como força minoritária “de oposição”. O conteúdo de sua fala claramente serviu para se contrapor à defesa da unidade com a rede estadual, feita pela Corrente Proletária, colocando que a “unidade real estaria representada pela proposta do dia 29”. Nada mais absurdo! O que se esconde por trás dessa defesa é a efetiva negação da unidade com a Apeoesp. O que dizer de correntes como essas, que reivindicam “construir a greve geral”, negando erguer uma unidade grevista onde ela se coloca abertamente?

A partir desse momento, a assembleia começou a se dispersar, prejudicando a defesa de encerrar o ato somando à passeata da rede estadual. Restou à categoria utilizar essas duas semanas até a próxima assembleia para aumentar a mobilização. A Corrente Proletária se empenhará na construção da paralisação nacional, dando prosseguimento à campanha salarial com independência em relação ao governo, defendendo que os trabalhadores confiem em suas próprias forças. Somente o método da ação direta quebrará a demagogia petista e conduzirá o magistério municipal à vitória.

educação. As paralisações realizadas até agora contaram com apoio da maioria, assembleias de curso cresceram e tomaram medidas de força para garantir as manifestações. Concretamente, as condições para uma greve geral e unificada das universidades estaduais paulistas estavam dadas.

Mas Alckmin não pagou para ver. Tomou a iniciativa. Primeiro, alterou o texto da proposta de verbas para as universidades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de S. Paulo: passou de “no mínimo” 9,57% da cota parte do ICMS para “no máximo” 9,57%. Isso indicava a possibilidade de redução do repasse de verbas às universidades, já em crise financeira. Foi uma gritaria geral. O Fórum das Seis, que agrupa os sindicatos de funcionários e professores, marcou o dia 1º de junho para iniciar uma greve unificada das estaduais paulistas. No dia seguinte ao da negociação, no entanto, Alckmin mudou novamente o texto, apagando o termo

“no máximo”. Resultado, o repasse se manterá nos 9,57% para as universidades. O que pode representar menos verba, porque a tendência é a de que a arrecadação do ICMS se reduza diante da crise econômica.

Mas foi só o governador tirar seu “bode da sala”, a expressão “no máximo” do texto, para que os sindicatos se reunissem emergencialmente no dia 19/05 e recusassem na proposta de greve a partir de 1º de junho. Ao invés da greve, optaram por fazer a pressão parlamentar sobre a Assembleia Legislativa, para que ela aumente as verbas de 9,57% para 9,9% do ICMS.

Conclusão: na verdade, Alckmin não “recuou” nada! No final das contas, passou o repasse para as universidades de “no mínimo” 9,57% para exatos 9,57%. Quem recuou de fato foram os sindicatos, que passaram do indicativo de greve para 1º de junho para a pressão parlamentar sobre a votação da LDO.

Alckmin manobrou com uma proposta que apresentou como um ataque muito grande e depois passou-a para um ataque menor. Os sindicatos desviaram a mobilização contra os ataques de Zago/Alckmin da greve unificada para a pressão parlamentar. A Assembleia Legislativa (Alesp) é controlada com mão de ferro por Alckmin. As reivindicações que levarmos para ela serão lá negadas e enterradas nas votações. Por isso dizemos que a Alesp é o cemitério das reivindicações.

As direções do movimento estudantil o submetem as decisões do Fórum das Seis

Até algumas horas antes da Assembleia geral dos estudantes da USP, realizada em 19/05 na FAU, a direção do DCE (PSol/PSTU) e as correntes que posam de oposição (MNN e MRT) estavam todas defendendo o indicativo de greve unificada das universidades paulistas para 1º de junho. O Conselho de Centros Acadêmicos que se reuniu no dia 16/05 reafirmou a necessidade da assembleia votar pela greve, com discursos inflamados dos dirigentes do movimento estudantil.

Rondônia

Apesar da disposição, trabalhadores são contidos pelas burocracias sindicais em Rondônia

No final de 2014 e início do ano de 2015, o funcionalismo do estado de Rondônia, tentou se levantar em luta para cobrar dos governos federal, estadual e municipal o atendimento de reivindicações e impedir os ataques aos direitos já existentes. Porém, embora tenha havido assembleias, atos, passeatas e dias de paralisação com indicativos de greve, tal instinto de luta não conseguiu suplantar o freio arquitetado pelas burocracias dos sindicatos, que atuaram para submeter as pautas às migalhas dos governos e justificar a política de arrocho salarial, de destruição de direitos como “necessária” para o “ajuste fiscal” em tempos de crise “orçamentária”. O fato é que o desemprego aumentou em todo país, nas obras do PAC em Rondônia, centenas são demitidos todos os meses, contratados dos serviços públicos e privados são despedidos sem direitos e aumenta a sobrecarga de trabalho para os que mantêm o emprego.

Reivindicação dos servidores municipais de educação

Iniciou com uma pauta de reivindicação com diversos itens, ligados às condições de trabalho, melhorias na infraestrutura das escolas, defesa e ampliação dos direitos relacionados ao plano de carreira, mas tinha como eixo principal a reposição salarial de 24,6%. Ainda que houvesse uma disposição da categoria que com-

Mas, entre o CCA e a Assembleia, houve a reunião emergencial do Fórum das Seis, dia 19/05 à tarde. Minutos antes da assembleia, chegou o informe da decisão de suspender o indicativo de greve para 1 de junho. O que fizeram as direções e correntes “opositoras” do movimento estudantil? Sem nenhuma discussão entre os estudantes, sem nenhuma assembleia dos cursos, sem nenhuma reunião de entidade estudantil, sem nenhuma discussão sequer no interior das correntes e partidos (não houve tempo para nada disso), “decidiram” defender que não se deveria aprovar o indicativo de greve para 1º de junho. Obedeceram cegamente à decisão da direção sindical dos professores e funcionários, e repetiram seus argumentos para a assembleia estudantil. Se no ano passado se formou uma grande frente (PT, PSol, PSTU, MRT, MNN) para colocar os estudantes no apoio passivo à greve salarial, este ano se repetiu o bloco, desta vez para colocar os estudantes a apoiarem passivamente a política sindical de pressão parlamentar sobre a votação da LDO na Alesp. E o fizeram desconsiderando completamente as condições concretas de mobilização realizada nos dias de paralisação e mesmo a vontade dos estudantes, que não se expressou em nenhuma instância de base além da própria assembleia, que foi feita sob total corpo mole da direção na sua convocação.

Para concluir o bloqueio à greve, rejeitaram ainda a organização de um comando de mobilização para convocar as atividades deliberadas, rejeitaram marcar uma nova assembleia geral para o dia 1 de junho e fizeram aprovar a data da próxima assembleia somente para o dia 10 de junho, a poucos dias do encerramento do semestre.

A atual direção do DCE e as supostas oposições que se unem na defesa da submissão dos estudantes aos professores já provaram que não servem para organizar a mobilização na defesa das necessidades gerais e imediatas dos estudantes. O movimento estudantil precisa de uma nova direção, que impulsione a luta independente pelas reivindicações mais sentidas e se apoie na democracia estudantil e no método da ação direta para lutar por elas.

pareceu a todas as assembleias convocadas, desde dezembro de 2014 e tenha aprovado o indicativo de greve, por mais de uma vez frente ao descaso da prefeitura, a direção burocrática do sindicato usou todas as manobras para quebrar essa luta, com táticas como esvaziamento das assembleias, adiamentos da greve em torno de supostas reuniões de negociação, utilização de burocratas, como o presidente da CUT estadual, reforço das ilusões nos vereadores do PT e PCdoB. Depois de várias assembleias, conseguiu esvaziar o movimento sem realizar a greve e aceitou a migalha do 1% que o governo municipal já tinha anunciado desde o começo do ano e submeteu a incorporação de uma gratificação à dotação “orçamentária” do próximo ano.

Os trabalhadores estaduais de educação

A situação dos estaduais era pior do que a dos municipais, porque, além do reajuste salarial, havia a luta para que o governo cumprisse com o acordo da greve de 2013, o qual indicava que haveria em janeiro de 2015 um reajuste de 6% para todos os trabalhadores da rede. O ano de 2015 iniciou com o anúncio de cortes de gastos e o descumprimento do acordo de greve. Diante disso, os trabalhadores da educação bem como outros setores de outras

secretarias estaduais buscaram se unificar em três dias de greve para exigir um índice de reposição para 2015. Mesmo fazendo essa paralisação de 72 horas, em que professores, policiais civis e trabalhadores da saúde, apareceram com destaque, o governo não atendeu as reivindicações.

Mais uma vez, a burocracia nefasta, a mesma que dirige o setor do município, direção do Sintero, realizou várias reuniões de bastidores com um comissão do governo, ignorando a pauta dos estaduais e ignorando, inclusive, os 6% da greve passada. Sem organizar assembleias regulares como no município, essa burocracia fechou um acordo com o governo que culminou em uma mísera gratificação de 10%, que, na verdade, já existia em 2013 mas foi retirada em torno do acordo que previa reajuste nos três anos (2013, 2014 e 2015). Sem o reajuste de 2015, o governo deu com uma mão o que já havia tirado com a outra, o que, nesse cenário de inflação em, pelo menos, 8% ao ano, representa arrocho salarial e maior exploração do trabalho.

Os operários das Usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio)

As principais reivindicações dos operários das usinas, conforme aprovado nas assembleias e defendido pela burocracia do Scitero, era de reajuste salarial de 15% e aumento do vale alimentação para todos os operários, que chegaria a R\$ 500,00. As empresas que administram os consórcios de construção das usinas apresentaram como proposta um reajuste de 4%, portanto, inferior à inflação do ano passado e a que se projeta em 2015.

No final de abril, os operários de Santo Antônio fizeram dois dias de paralisação e os de Jirau, quatro dias de paralisação, tendo à frente o sindicato da construção civil e os dirigentes da CUT. Como o objetivo dos burocratas não era construir um movimento grevista que impusesse a reivindicação integral e também se opusesse ao enfraquecimento da luta que tem ocorrido com as demis-

Safra de Congressos

Entre os dias 4 a 7 de junho, serão realizados os Congressos da CSP-Conlutas, Anel e Une. Os dois primeiros dirigidos pelo PSTU e o segundo pelo PCdoB/PT. Pelos vínculos partidários, sabe-se que expressam posições, em princípio, antagônicas. De um lado, opositores de esquerda ao governo de Dilma Rousseff; de outro, os governistas.

Infelizmente, a CSP-Conlutas e a Anel (estudantil) são muito minoritários. A UNE controla a maior parte das organizações estudantis. A CSP-Conlutas somente pode ser comparada com a CUT. Também é extremamente minoritária no movimento sindical.

A CSP-Conlutas e a Anel podem se destacar diante da paralisação da CUT e UNE. Não é o que vem ocorrendo. Não superaram a cisão aparelhista. Mas diante de tendências de luta a sua direção tem as condições para demonstrar sua capacidade.

A promessa do PSTU foi a de que o rompimento com a CUT e Une era a condição para se lutar pela independência de classe do movimento operário e estudantil. A CSP-Conlutas chega, agora, ao seu segundo congresso. O primeiro foi de fundação, em julho de 2012. A decisão definitiva de ruptura com a CUT, porém, se deu no Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat), maio de 2006. Recuando no tempo, para 2004, tomou a forma de um movimento de saída da CUT, formou-se a Coordenação Nacional de Lutas.

Pode-se dizer que nestes quase dezesseis anos de rompimento e sete de organização da CSP-Conlutas, o movimento se consolidou e pouco avançou. O segundo congresso pode ser um marco

sões mensais dos trabalhadores, a paralisação dos operários serviu apenas para chegar a um acordo “intermediário”, defendido pelos dirigentes. O reajuste linear (para todos) foi de 10% e um reajuste de 12,5% no vale alimentação que manteve a diferenciação entre os vales; alguns recebendo até 450 reais e outros, 325 reais.

Romper as comportas da burocracia

Seja para os funcionários públicos, seja para os operários, a inflação, o desemprego e as condições de vida só têm piorado. A paralisação do operariado e do funcionalismo nunca coincide, embora ambos os setores sejam dirigidos pelos cutistas. As direções sindicais, às vezes, são as mesmas, como no caso do Sintero, que está à frente dos trabalhadores da educação municipais e estaduais, entretanto, as pautas, as assembleias e atos são separados. A negociação fora da mobilização, as comissões formadas com governos e patrões às costas dos trabalhadores é a prática comum da burocracia. A par com essa situação, os trabalhadores mostram descontentamento em seus lugares de trabalho, nas atividades convocadas e esperam uma resposta à altura dos ataques e que preservem os salários e os empregos. Não têm, no entanto, frações revolucionárias em seus sindicatos e nos movimentos de rua. Comparecem como uma massa dispersa e dividida que não consegue convergir para uma frente de ação contra os governos e os capitalistas.

A tarefa dos revolucionários continua sendo a divulgar as reivindicações que unificam as lutas, difundir os métodos da direta e buscar formar nessa vanguarda que participa das atividades coletivas as frações revolucionárias que derrotarão nas lutas, nas assembleias, nas greves a burocracia vendida, governista e traidora. A crise de direção é chave em um momento de ataque aos direitos dos trabalhadores e da classe operária, em especial. É preciso romper com o freio que representam as burocracias e avançar na luta pela democracia e independência dos organismos sindicais.

para o progresso ou retrocesso. Em certa medida, o destino da Anel está condicionado à CSP-Conlutas. Ambos dependem das diretrizes que o PSTU imprimirá. Sua hegemonia é esmagadora.

As condições da crise permitem um trabalho de propaganda e agitação com as reivindicações operárias e estudantis. Caso os Congressos não aprovem uma linha de intervenção classista, com reivindicações claras e com métodos precisos de luta nos acontecimentos, não servirão para a CSP-Conlutas e Anel se tornarem canal de expressão dos explorados e da juventude oprimida.

O sindicalismo burocrático de esquerda não tem futuro. As pressões à estatização dos sindicatos na época do capitalismo imperialista são irresistíveis, a não ser quando dirigidos por uma direção revolucionária. De posse dessa compreensão, desde o Conat nos opusemos à cisão da CUT e UNE, propondo que a Conlutas se constituísse como uma fração revolucionária frentista nos seus interiores. Essa posição não implicou desconhecer a CSP-Conlutas. Fomos, inclusive, críticos ao fato da Intersindical ter se negado a constituir a nova central, abandonando o Congresso de Unificação e ampliando a divisão.

Nossa oposição e crítica ao divisionismo não significaram a negação da experiência, alheia a nossa vontade, a ser realizada. Nestes anos, confirmaram-se nossa explicação de que a CSP-Conlutas e Anel não resultavam de um deslocamento de uma importante camada do proletariado do controle burocrático da CUT e da Força Sindical, os dois principais aparatos nacionais.

É evidente que as condições econômicas, sociais e políticas não

foram tão favoráveis à cisão, como as que se apresentaram nos últimos cinco anos. Até hoje impera a política de colaboração de classes desenvolvida pelo PT e seu braço sindical. A crise apenas começou a expor seus malefícios para os explorados. No entanto, o PSTU e seus aliados no processo de cisão com a CUT passaram a contar a seu favor com a necessidade do proletariado de ir ao encontro de uma direção que encarne a independência política e os métodos da luta de classes. No deserto plantado pela burocracia sindical, a CSP-Conlutas e Anel compõem como oásis.

Se o melhor caminho, do nosso ponto de vista, era constituir uma fração revolucionária que congregasse toda a oposição no seio da CUT não se impôs, não deixamos de ver nos oásis um ponto de partida para a luta dos explorados e de retomada dos embates pela unidade organizativa do proletariado. Está aí por que o POR não combateu a constituição da CSP-Conlutas e Anel, participou de todas suas reuniões de base e de todas as suas campanhas.

Mais uma vez, o POR intervirá nos respectivos congressos com delegados e com teses, embora os obstáculos interpostos tenham sido grandes. Não deixará de atuar no congresso da UNE, mesmo sem delegados. Os critérios de eleição da delegação foram ferrenhamente burocráticos. Tanto a CUT quanto a UNE continuam como as principais organizações dos explorados e da juventude.

A burocratização e o predomínio da política de conciliação de classes (pró-capitalista) é um fenômeno geral de nossa época. Não será superado por meio de cisões e de construções paralelas que não sejam resultado do deslocamento revolucionário das massas. A tarefa essencial é a de formar uma direção proletária, classista e revolucionária. O que se dará no movimento concreto que comportou as cisões da CUT e da UNE. A estratégia de combate por uma central operária única, classista, democrática e independente está em plena vigência.

Os congressos responderão à crise e aos ataques da burguesia?

Gostariamos ter a certeza de uma resposta positiva. Mas há alguns indicadores de que refletem desvios dos objetivos centrais. A pauta carregada de questões colaterais, se aprovada, comprometerá o resultado do congresso da CSP-Conlutas. Os textos e resolução divulgados no portal da central mostram a dispersão. Há setores que sempre insistiram em caracterizar a CSP-Conlutas como um bolsão indefinido. Tudo dependerá da inclinação política do PSTU.

De nossa parte, entendemos que o Congresso deve se concentrar e se debruçar sobre o desenvolvimento da crise econômica e

política, suas perspectivas e respostas. As solenidades e discursos servirão para amolecer as fibras da militância. Estamos contra. As demonstrações aparelhistas e exitistas ocultarão as tremendas dificuldades que a direção da CSP-Conlutas tem enfrentado e os desvios de percurso. Estamos contra. O Congresso deve ser limpo, concentrado e severo nas suas proposições. É o que a situação exige.

Tudo indica, no entanto, que não foi preparado para ter essa feição. Está presente uma influência pequeno-burguesa e traços burocráticos que se contrapõem a essa concepção de congresso operário. Esperamos que a gravidade da crise relativize o peso dessa tendência. Se dependesse das resoluções apresentadas pela Corrente Proletária, vinculada ao POR, a luta contra a dispersão e os desvios de objetivo seria dura e eficaz. Mas sequer foram publicadas pela direção, que alegou justificativas estatutárias.

O que da crise econômica e política tem importância para o Congresso da CSP-Conlutas? Em resumo: 1) A virada do governo do PT para posições claramente anti-operárias e antinacionais; 2) As medidas de ataque aos explorados, patrocinadas pelo governo e pela oposição; 3) A destruição de postos de trabalho, que resulta em demissões massivas; 4) O avanço das privatizações; 5) O retrocesso do movimento camponês; 6) O impasse do movimento popular; 6) Por onde passa a luta pela independência de classe das organizações de massa; 7) A necessidade da frente única sindical para organizar a luta nacional da classe operária; 8) As condições para a greve geral. Os oito pontos estão intimamente ligados e se destacam da situação.

O Congresso da Anel tem o dever de considerar esses mesmos pontos como base das resoluções sobre a educação e o movimento estudantil. Os seus pontos particulares são: 1) Responder ao avanço da privatização e crise das universidades públicas; 2) Estabelecer os fundamentos e as bandeiras da democracia e autonomia universitárias; 3) Organizar a luta contra a criminalização dos movimentos; 4) Definir aspectos da luta pela independência e desburocratização das organizações estudantis; 5) Orientar o movimento da juventude oprimida para a aproximação com a classe operária e demais explorados.

Os delegados deveriam se concentrar nestes temas e trabalharem coletivamente, sob o método da crítica e do regime de democracia operária, para definirem as resoluções e estabelecerem as campanhas prioritárias. Neste número do jornal Massas publicamos em seguida as teses e resoluções que defenderemos nos Congressos.

Contribuição da Corrente Proletária ao Congresso da CSP-Conlutas

1) Situação internacional

a) A crise mundial aberta em 2008 não foi superada. As medidas financeiras tomadas pelos Bancos Centrais das potências limitaram as quebras bancárias, industriais e comerciais. Mas adiaram uma quebra maior e em grande escala. Tem ocorrido diminuto reanimamento nos Estados Unidos e em menor proporção em alguns países da Europa. A China não tem como retomar a médio prazo os patamares de crescimento anteriores. Na América Latina, a queda tem sido brutal. O Brasil e Argentina arcam com a recessão. Conclusão: a classe operária, os camponeses, a classe média pobre e a juventude oprimida sofrerão ainda mais as consequências da crise estrutural do capitalismo.

b) O intervencionismo militar das potências no Oriente Médio e na África tem se ampliado. Barack Obama prometeu um recuo

diante da resistência no Iraque e Afeganistão. Negociou a retirada das tropas, mas teve de retomar a ofensiva com os levantes no Oriente Médio, guerras civis na Líbia e Síria e mais recentemente com a projeção do Estado Islâmico (EI). O objetivo central do momento é esmagar o movimento jihadista armado. A intervenção da coligação dirigida pela Arábia Saudita no Iêmen é parte da conflagração geral, que envolve o conflito sionista-palestino e o acordo de desativação do programa nuclear no Irã. Conclusões: 1) Colocar-se do lado das nações oprimidas contra as nações opressoras e das forças que as expressam; 2) Lutar pela derrota e expulsão do imperialismo; 3) Rechaçar a doutrina norte-americana do antiterrorismo; 4) Levantar o programa de reivindicações transitórias e da revolução proletária para os países semicoloniais, segundo as leis históricas da revolução permanente; 5) Aplicar a tática da frente única antiimperialista. 6) Apoiar-se na bandeira de

autodeterminação das nações oprimidas.

c) A situação convulsiva no Oriente Médio e do norte da África, a miséria e a fome da população oprimida vêm provocando uma onda migratória para a Europa Ocidental. Os naufrágios no Mediterrâneo resultaram em milhares de mortos. A burguesia europeia não tem outra solução a não ser a repressão. Diante dos últimos acontecimentos dramáticos, os governos estabeleceram um plano de ação militar na Líbia. A migração em massa e obstáculos impostos a sua entrada na Europa é mais um fenômeno da desintegração do capitalismo e do avanço da barbárie. O vigoroso impulso do chauvinismo é um sintoma conexo desse quadro mais amplo em que as forças produtivas se chocam com as relações de produção, com a gigantesca acumulação de capital parasitário e com as fronteiras nacionais. Está aí por que a onda migratória conflui com a onda de desemprego que se ergue desde 2008. O capitalismo atingiu um alto excedente de produção de valores, que conclui com um alto excedente de força de trabalho. Se antes os imigrantes serviam para rebaixar os salários, agora se amontoam com os milhões de europeus desempregados. Conclusão: 1) Defender a unidade dos explorados contra a burguesia e seu Estado, com as reivindicações de emprego a todos; 2) Contrapor-se a qualquer forma de discriminação; 3) Rechazar o chauvinismo por meio da frente única operária; 4) Exigir que as fronteiras sejam abertas aos migrantes; 5) Levantar a bandeira de derrota e expulsão do imperialismo; 6) Combater sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

d) Na América Latina, o imperialismo atua com duas linhas convergentes: livrar-se do governo nacionalista na Venezuela, desativar a guerrilha das Farcs na Colômbia, fortalecer as oposições direitistas e incorporar Cuba ao capitalismo. Findou o período de “desenvolvimento sustentável”, de “inclusão social” e “participação democrática”. Em toda a parte, os governos se voltam contra as massas. O que já se passa inclusive na Venezuela. Os nacionalistas e populistas que veem sua política pró-capitalista e de convivência pacífica com o imperialismo naufragar agarram-se à bandeira de não deixar a direita voltar ao poder. Ao mesmo tempo, atacam a vida dos explorados. Trata-se de manifestações políticas da luta de classes no interior da burguesia. Conclusões: 1) Defender a independência da classe operária e dos demais explorados perante os governos burgueses e seus partidos; 2) Separar os explorados das direções sindicais conciliadoras e serviçais; 3) Levantar as bandeiras antiimperialistas de expropriação do grande capital; 4) Responder a ingerência dos Estados Unidos e seus comparsas com o programa da autodeterminação das nações oprimidas; 5) Lutar sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

II) Situação no Brasil

a) O que caracteriza em geral a situação do Brasil é que a crise econômica se converteu em crise política. Nota-se: 1) O esgotamento do ciclo de colaboração de classes, encarnado pelo PT e sua burocracia sindical; 2) A necessidade da burguesia interna e do imperialismo de descarregar a gigantesca crise econômica sobre os ombros dos explorados; 3) A ofensiva da oposição burguesa, liderada pelo PSDB, em deslocar as massas da influência do PT e de seu caudilho Lula; 4) A incapacidade de Dilma Rousseff e o PT de garantirem a governabilidade; 5) A emergência do PMDB como força política decisiva para manter em pé o governo; 6) A submissão de Dilma Rousseff e do PT às exigências do capital financeiro; 7) As diretrizes do ajuste fiscal voltadas a atacar os direitos trabalhistas e previdenciários; 8) A reorientação da intervenção do Estado na

economia para posições francamente pró-imperialistas; 9) Resistência crescente dos explorados, que tende a se chocar com o governo; 10) O deslocamento de uma importante camada da classe média para o campo da oposição peessedebista, sob a bandeira do “Fora Dilma” e “impeachment”.

Conclusões: 1) Defender a independência de classe dos explorados diante das disputas interburguesas pelo poder do Estado; 2) Organizar o movimento operário e popular sobre a base de reivindicações e de seus métodos próprios de luta; 3) Vincular as reivindicações econômicas e políticas da classe operária com a estratégia da luta revolucionária pelo poder, pelo governo operário e camponês; 4) Trabalhar pela unidade dos explorados em torno das reivindicações comuns, aplicando a tática da frente única sindical.

b) O governo e a Câmara dos Deputados armaram uma ofensiva contra os explorados com a Lei da Terceirização (PL4330) e as MPs 664/665. Governistas e oposicionistas votam como se tivessem posições distintas. Na realidade, todos estão pelo ajuste fiscal e pelo sacrifício dos assalariados. Não há nenhuma divergência de essência. Usam o parlamento para posarem de minoria favorável aos oprimidos. O fato é que se assegurou a votação tanto do PL 4330, quanto das MPs. Neste quadro, a recessão se impõe e as demissões em massa ganham terreno. A ofensiva capitalista contra as massas apenas está começando. Não apenas os assalariados vão arcar com o peso da desintegração econômica como também os camponeses e a pequena burguesia liberal urbana. Estão dadas as condições objetivas para a classe operária sair da letargia e passar a liderar a luta da maioria explorada. O obstáculo fundamental está nas direções sindicais e políticas que controlam o proletariado, particularmente a CUT e a Força Sindical. Conclusões: 1) Desenvolver a bandeira – Derrubar com greves e nas ruas o PL 4330 e as MPs 664/665; 2) Lançar uma campanha junto às bases da CUT e da Força. Que rompam com o governo e com a Fiesp. Que se coloquem em frente única por uma greve geral; 3) Incorporar na campanha as reivindicações de emprego (Fim das demissões. Nada de PDVs, nada de lay-offs – pela estabilidade no emprego. Redução da jornada sem reduzir os salários. Emprego a todos – escala móvel das horas de trabalho. 4) Unidade operária e camponesa – nacionalização das terras e entrega aos camponeses.

III) Estratégia e tática sindicais

Na situação de crise econômica e política ressalta a necessidade da direção classista e revolucionária. O PT desviou o caminho da construção de um partido do proletariado, desenvolveu uma burocracia colaboracionista e promoveu a estatização dos sindicatos. Outras frações do sindicalismo burocrático e autoritário se potenciaram com a política estatizante. Esse processo histórico – retomada da organização operária depois de vinte anos de ditadura militar – evidenciou a importância decisiva da relação entre partido e sindicato. A tese petista de autonomia sindical e separação artificial entre partido e sindicato deu lugar ao processo de estatização dos sindicatos, sob a direção do PT. A Força Sindical sempre esteve vinculada a esta ou aquela orientação partidária, finalmente passou do PDT para a criação do Partido Solidariedade. A presença da política burguesa no seio do sindicalismo inviabilizou que a CUT se constituísse em uma única central, classista, democrática e independente da burguesia. Resultou em uma proliferação de centrais, entre elas a CSP-Conlutas. O divisionismo burocrático se impôs em contraposição à necessidade da unidade organizativa e da centralização política da classe operária em nível nacional. Nota-se que a luta contra a estatização dos sindicatos traz em seu interior a luta contra o divisionismo organizativo

– um velho problema que o movimento operário enfrenta. Diante da ofensiva da burguesia e do governo, as duas maiores centrais se levantam como travas à unidade de combate dos explorados. A CUT está atada ao governo que promove o ajuste fiscal. A Força Sindical está atada à fração capitalista que trabalha por aumentar a taxa de exploração do trabalho. Estes dois aparatos, por enquanto, decidem até onde a classe operária deve resistir e até onde ceder. O movimento camponês, por sua vez, retrocedeu em sua ofensiva pela reforma agrária. É visível a dependência da direção do mais importante movimento que é o MST da política do PT. Por outras vias e características, também se estatizou. O movimento popular

urbano não se diferencia muito desse processo de dependência. Conclusões: 1) Lutar pela constituição de uma direção classista e revolucionária que encarne a defesa do programa de independência dos sindicatos, de democracia operária e de unidade organizativa; 2) Ter por objetivo a superação do divisionismo e da fragmentação do movimento operário – por uma única central operária, classista, democrática e independente; 3) Travar a luta nas bases dos sindicatos controlados pela burocracia, com o programa classista e com a tática da frente única sindical; 4) Impulsionar a construção de um partido revolucionário com um claro programa de destruição do capitalismo.

Congressos da UNE: Por uma política proletária para o movimento estudantil

O Congresso da UNE se realiza em meio a uma conjuntura de profundos ataques dos governos e capitalistas aos direitos trabalhistas, empregos e salários, de cortes de verbas no ensino público, de milhares de demissões na indústria, aumento geral de preços e arrocho salarial, e simultâneo a uma onda de greves na educação em vários estados. A situação está marcada pela manifestação da crise econômica mundial do capitalismo sobre o país, pela ofensiva dos exploradores e seus governos no sentido de descarregar as consequências da crise sobre os explorados, e pela tendência geral de mobilização colocada pela nova etapa da luta de classes que se desenvolve desde a erupção da crise mundial capitalista.

Ataques a direitos, empregos e salários

Logo no início do segundo mandato, o governo Dilma, por meio de seu ministro Levy, iniciou o chamado ajuste fiscal, impondo as MPs 664 e 665, que atacam a pensão por morte e o salário desemprego. A Câmara dos Deputados votou o PL 4330, que estende a terceirização a todas as atividades, destruindo o contrato coletivo de trabalho e atacando os direitos trabalhistas, sob ampla unidade dos partidos patronais e apoiada na traição da Força Sindical. O governo do PT, apoiado pela direção da UNE, cortou este ano R\$ 7 bilhões nas verbas da educação, levando diversas universidades federais a uma situação insustentável por conta da brutal redução do repasse das verbas. O financiamento estudantil destinado às universidades privadas, que tinha saltado de pouco mais de um bilhão de reais em 2011 para mais de 13 bilhões em 2014, com uma oferta de vagas que cresceu apenas 30% no período, entrou em pane em 2015, diante das necessidades do ajuste fiscal. Os governos estaduais seguem as diretrizes traçadas a partir do governo federal e impõem cortes de verbas nos serviços sociais, em especial na educação.

As multinacionais, diante das quedas na produção, foram além dos PDVs e lay offs e passaram a demitir trabalhadores às centenas.

A alta dos preços se combina com os salários contidos ou congelados e impõe um brutal arrocho salarial.

Greves: para vencer é necessário organizar a greve geral

Em 2015, já são mais de dez estados em que os professores fizeram greve, sendo que há cinco com greves em andamento. Destacam-se a luta no Paraná, que sofreu a mais brutal repressão, e de São Paulo, que tem levado dezenas de milhares às ruas por quase dois meses, sem obter nada dos governos do PSDB.

Os professores e funcionários das universidades federais programam para o fim de maio mais uma greve nacional contra os cortes de verbas realizados pelo governo Dilma.

Em centenas de cidades pelo país, manifestações convocadas contra

o PL 4330 da terceirização contaram com ampla participação.

Nas fábricas com mais demissões, operários realizam greves e manifestações nas ruas para defender os empregos. Essas mobilizações, no entanto, continuam isoladas e assim não são capazes de defender os direitos, empregos e salários de todos contra os ataques patronais e governamentais.

Está colocada a necessidade de uma greve geral, que seja capaz de unificar e centralizar as lutas que ocorrem em todo o país, e dar-lhes a força necessária para derrotar os governos e os capitalistas, pondo abaixo o PL das terceirizações, as MPs 664 e 665 e defender os empregos e os salários por meio da estabilidade no emprego, escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital de R\$ 4.600,00, reajuste automático dos salários de acordo com a inflação. Cabe às organizações de massa colocar essa como a tarefa central e mais imediata de defesa da vida e trabalho. A UNE, que organiza os estudantes em nível nacional, deve romper com o governo que apoia, e se colocar pela organização da greve geral para defender os direitos, empregos e salários. A defesa do ensino público e da educação em geral deve fazer parte dessa luta, e a juventude deve ocupar as primeiras fileiras ao lado da classe operária no combate que se coloca como o mais necessário desde o fim da ditadura militar: a necessidade de por abaixo o PL da terceirização.

Que o Congresso da UNE rompa com o governo, e se coloque pela organização da greve geral pela derrubada do PL da Terceirização, das MPs 664 e 665, em defesa do emprego e do salário, e do fim dos cortes na educação. Que se coloque pelo apoio ativo a todas as greves em andamento e que vão se iniciar. Que rechace os cortes de verbas realizados pelos governos federal e estaduais.

O ensino privado tem progredido ano a ano no controle do ensino superior no Brasil. Esse resultado comprova o caráter privatista da política educacional dos governos petistas. Cada vez mais a educação é mercadoria, e portanto cada vez mais a ela só tem acesso quem pode pagar as mensalidades. Enquanto as universidades públicas, federais ou estaduais, sofrem com os cortes de verbas decorrentes do chamado ajuste fiscal, as universidades privadas contam com os bilhões em subsídios, financiamento e bolsas que sustentam o privatismo e tornam seus negócios em algo de lucro sem risco. Mesmo nas universidades que ainda são públicas, o privatismo se agiganta, por meio das parcerias, fundações, ensino a distância e precarização (terceirização). Ao mesmo tempo, elas se elitizam, com a crescente dificuldade imposta de permanência aos estudantes de mais baixa renda.

A maioria negra da população assalariada permanece sem o direito democrático elementar de acesso à educação em todos os níveis. A aprovação da lei de cotas e sua aplicação nas universidades públicas (nem em todas, a USP racista continua burlando a lei e não aplica as

cotas) não alterou essa realidade, apenas uma camada de classe média negra ascendeu à universidade, não conseguindo ocultar a imensa massa de jovens explorados negros que permanece marginalizada do ensino superior, ou que tem de destinar seus salários ao sustento da exploração capitalista do ensino.

Diante dessa realidade, o papel da UNE é a defesa do direito elementar de educação pública e gratuita a todos. Mas sequer isso é feito. A política de ampliação do ensino público por meio de medidas que não se contrapõem à existência do ensino pago levam ao fracasso, concluem fortalecendo o controle do capital sobre o ensino superior. A linha de coexistência entre ensino público e privado leva ao predomínio deste em relação àquele. A renúncia à luta contra o privatismo anula a capacidade de enfrentamento geral dos estudantes contra os capitalistas do ensino. A linha de pressão parlamentar pelo objetivo de 10% do PIB para a educação conduz os estudantes a um beco sem saída. De um lado, subordina a mobilização ao antro de bandidos que é o parlamento; de outro, coloca o objetivo de aumentar recursos sem tocar no domínio privatista e no poder da casta burocrática que dirige a universidade a mando dos capitalistas e seus governos.

A oposição de esquerda não ultrapassa esse limite. Diferencia-se em aspectos da política da direção estalinista/petista. Identifica-se na essência de recusa a combater pelo fim do ensino pago, e implora por medidas ampliação e reforço do ensino público, quando este só tende a sucumbir diante do engrandecimento do ensino privado e do privatismo dominante da casta burocrática dirigente das universidades. Sob o domínio do ensino privado e sob as pressões capitalistas de cortes de verbas, nem mesmo as migalhas de ampliação virão.

Que o Congresso da UNE se coloque por uma campanha de luta pela estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino, e seu controle coletivo por quem nela estuda e trabalha. Que se coloque pelo ensino público e gratuito a todos, laico, científico, único e vinculado à produção social. Fim dos vestibulares e vagas a todos. Que defenda o fim do poder da casta burocrática que dirige autoritariamente a universidade em favor dos exploradores e seus governos. Que se coloque pelo fim de todo privatismo, de toda a precarização, que apoie a elaboração do orçamento pelos que estudam e trabalham, totalmente financiado com recursos públicos, sem nenhuma ingerência dos governos.

Que defenda a real democracia e autonomia universitárias, que se concretizem no governo tripartite, eleito com voto universal, mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária (dos três setores).

O movimento estudantil tem protagonizado, nos últimos anos, um salto nas mobilizações. As jornadas de junho de 2013, quando centenas de milhares impuseram a soberania das massas nas ruas, abriram uma nova etapa da luta de classes no país, incorporando-o na tendência mundial de ascenso da mobilização massiva. A ocupação de ruas e avenidas por protestos populares se tornou uma prática sistemática. Nas universidades, a onda de ocupações de reitorias iniciada em 2007 na USP teve um salto. A bandeira da permanência estudantil, exigindo a moradia e condições mínimas para se manter na universidade, mobilizou os estudantes e os colocou em enfrentamentos com a repressão policial e a ofensiva repressiva dos governos sobre os movimentos sociais. Apesar de todas as lutas que se travaram, e da necessidade de uma resposta à repressão que se desencadeou contra os manifestantes, as direções do movimento estudantil mantiveram as mobilizações isoladas e fragmentadas.

A direção governista e estatizada da UNE se tornou porta-voz do governo federal dentro dos movimentos e em oposição às necessidades dos estudantes. Enquanto greves e ocupações se levantavam contra a precarização e privatização das universidades públicas, a

direção ocupava o posto de defesa do governo que aplicava as medidas. A contradição entre os interesses de aparato da direção e as necessidades mais sentidas pelos estudantes aumenta as tendências à burocratização, ao distanciamento da direção da base. A oposição de esquerda não conseguiu se diferenciar da direção em muitos aspectos: nas organizações que dirige, também impôs o corporativismo e fragmentação das lutas, em muitas delas resiste a convocar as assembleias gerais.

A Anel, que foi organizada minoritariamente em resposta ao governismo e burocratismo da UNE, não se elevou como elemento de centralização e unificação das lutas estudantis, nem mesmo nas organizações estudantis que dirige. A falta de um programa revolucionário que levantasse as reivindicações gerais, a unificação e os métodos da luta de classes, em unidade com os explorados, para elevar as lutas ao ponto de obter força necessária para enfrentar os governos e capitalistas não permitiu que se constituísse numa alternativa à direção burocrática e governista da UNE.

Organizar uma fração de oposição revolucionária na UNE; impulsionar as lutas pelas reivindicações, defendendo a unificação e centralização, ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos; fortalecer a organização de base e independente dos estudantes a partir das assembleias gerais e dos comandos de mobilização; defender o programa revolucionário do proletariado para as organizações estudantis.

As opressões aos negros, mulheres e LGBTs são tratadas pela direção da UNE e pela chamada oposição de esquerda como relações paralelas à opressão de classe. A resposta dada pelas correntes e partidos em geral é a da educação e coação. Como se fosse possível combater as odiosas opressões à margem das condições materiais que as impõem, à margem da opressão de classe. Ao canalizarem as forças da juventude e dos explorados para políticas circunscritas ao capitalismo, colaboram para que se preservem e se aprofundem as manifestações da opressão de classe, a qual aumenta com a crise do capitalismo.

Ao contrário, a política proletária considera fundamental atacar todas as manifestações da opressão de classe, ligando as reivindicações associadas a elas à luta pela revolução proletária, pelo socialismo, que estabelecerá as condições materiais para caminhar para a eliminação de toda forma de opressão. As reivindicações contra as opressões da mulher, do negro, dos LGBTs se ligam à luta pelo socialismo, ou estão fadadas a servir de cortina de fumaça.

Que o Congresso da UNE se coloque em defesa das reivindicações que unem a luta contra as opressões à luta pela revolução proletária e o socialismo. Que rejeite as teses de que com educação e coação é possível reduzir as opressões à margem do aprofundamento da opressão de classe, que cresce com a desintegração do capitalismo e só faz aumentar a violência contra a mulher, o negro e os LGBTs.

A crise capitalista tem levado a que governos apliquem medidas de profundos ataques às condições de vida e trabalho da população assalariada, e a um aumento das tendências intervencionistas do imperialismo em toda parte. O capital financeiro internacional atua por trás das medidas governamentais antinacionais e antipopulares e puxa os gatilhos das armas e bombardeios sobre as nações oprimidas. Cada medida antiope-rária que consegue aplicar num país, cada conquista militar que obtém em qualquer parte do mundo, reforçam a opressão sobre os explorados no planeta inteiro. Cada derrota que sofre nas ruas, cada retrocesso que tem no intervencionismo sobre os países atrasados, enfraquecem sua opressão internacionalmente.

É por isso que a juventude deve se posicionar desde seus locais de estudo até internacionalmente pela derrota do capital financeiro internacional, pela derrota do imperialismo. Colocar-se ao lado de todo

combate das nacionalidades oprimidas contra as nações imperialistas opressoras. Em cada país, travar a luta antiimperialista contra cada uma e todas as medidas ditadas pelo capital financeiro internacional, o mesmo que está por trás das medidas governamentais de ajuste fiscal, cortes de verbas e de direitos, demissões em massa, arrocho salarial, repressão aos movimentos sociais.

Que o Congresso da UNE se coloque ao lado de toda luta contra o imperialismo, dentro e fora do país. Que rechace todas as medidas de ataques aos direitos, empregos e salários. Que rechace os acordos de cooperação e compra de armas e treinamento pelo imperialismo e seu enclavo sionista. Que apoie as lutas independentes das massas em toda parte contra as medidas governamentais de ataques às condições de vida e trabalho. Que se coloque pela autodeterminação das nacionalidades oprimidas, pelo direito dos povos a resolverem seus conflitos internamente sem ingerência externa. Que se coloque ao lado de cada combate contra o intervencionismo imperialista em toda parte. Que se coloque pela frente única antiimperialista.

As lutas dos estudantes são um importante ponto de apoio da

Lançamento do folheto da Saúde e debate sobre o fim da terceirização e efetivação/contratação direta dos mais de 12 milhões de terceirizados

No dia 09/05 o partido realizou duas atividades de formação política em Campina Grande. Pela manhã, tivemos o lançamento do folheto “A mercantilização e desnacionalização da Saúde no Brasil”, material resultante da elaboração coletiva da regional nordeste. Contou com a presença de nossos camaradas da Corrente Proletária na Saúde do RN e CE. Também estavam presentes a regional da BA e contatos e simpatizantes da política do POR. Houve uma boa discussão sobre o conteúdo do folheto. Abordou-se criticamente a experiência do movimento sanitaria, que ocorreu ao lado da retomada das mobilizações operárias, entre finais dos anos 1970 e começo dos anos 1980, resultante do esgotamento da ditadura militar. Atualmente, os ataques à saúde são profundos. O alto índice de mortes dos pobres alimenta a indústria médica e farmacêutica. A política reformista, já desgastada, permanece incapaz de garantir saúde efetivamente pública e universal. Ciente da necessidade de avançar, o POR dá um passo importante na elaboração de um programa proletário para saúde, que alia as necessidades de sobrevivência das massas com a destruição do capitalismo.

Na segunda parte da atividade, tivemos um debate sobre a terceirização e a luta por emprego para todos. Vimos que, pela experiência, de avanço das terceirizações e ataques aos trabalhadores terceirizados, a defesa que o POR vem fazendo de efetivação de todos os trabalhadores, sem pré-requisitos de tempo e sem concurso público, está ficando cada vez mais evidente como a mais correta para a luta unificada do proletariado. As direções centristas e reformistas resistem, mas sabem que essa bandeira, aliada à escala móvel das horas de trabalho, é a única forma de garantir os empregos como direito inegociável dos trabalhadores. Debateu-se sobre as posições das burocracias sindicais e a necessidade de contrapor-se com a política revolucionária da classe operária, que defende os interesses gerais dos trabalhadores e explorados em seu conjunto. Sabemos que a terceirização cria distinções entre contratados diretos e subcontratados, o que se manifesta em humilhações, separação em uso de refeitórios, banheiros, uniformes diferentes. Os sindicatos também fragmentam. Entre os servidores públicos, a defesa do “concurso público” leva ao abandono dos terceirizados. Pior, leva parte do movimento a defender a demissão destes trabalhadores. É inadmissível que parte dos trabalhadores defenda a demissão de outros. A tarefa dos revolucionários é garantir a unidade organizativa dos explorados, unir empregados e desempregados; contratados diretamente e terceirizados. O desemprego e sua ameaça que pairam sobre a cabeça

luta geral dos explorados contra os exploradores. A universidade que temos é controlada e manejada pela burguesia para atender seus interesses. Está subordinada à separação entre o pensar e o fazer decorrente do modo capitalista de produção e da propriedade privada dos meios de produção. Por isso o ensino é decorativo, repetitivo, fragmentado, enfim dissociado da vida real. Uma nova universidade será fruto da nova sociedade, socialista, em que os meios de produção serão coletivos e a universidade estará nas mãos de quem produz toda a riqueza. As lutas estudantis pelas reivindicações mais sentidas, pela real autonomia e democracia universitárias, colocam os estudantes ao lado da classe operária na luta pelo socialismo. Somente a revolução proletária poderá realizar tudo isso. O movimento estudantil deve se colocar pela revolução proletária e pelo socialismo, única forma de ter plenamente atendidas todas as necessidades da juventude e acabar com toda forma de opressão.

Que o Congresso da UNE se coloque pela luta pelo socialismo, por meio da revolução proletária, a ser realizada pela maioria nacional oprimida sob a direção do proletariado!

dos oprimidos, os constroem a aceitarem péssimas condições de trabalho, baixos salários e a concorrerem entre si. Esse problema deve ser enfrentado radicalmente. É preciso exigir das direções que defendam o fim do desemprego. Sem trabalho, parte dos explorados se degenera, transforma-se em desempregados crônicos, vive dos bicos, da assistência ou é empurrada para a criminalidade. A luta pela independência política perante a burguesia implica superar as respostas eleitoreiras, conciliadoras e distracionistas, métodos colocados em prática pela burocracia sindical diante da lei da terceirização e outros ataques.

Com relação à nossa bandeira de *fim de toda terceirização e efetivação/contratação direta dos mais de 12 milhões de terceirizados, trabalho igual, salário igual e direitos iguais*, eventualmente ouvimos algumas objeções, que aproveitamos para responder.

* Como a efetivação é possível se vai contra a Constituição, que garante o concurso público?

As bandeiras de luta devem partir das necessidades dos trabalhadores e não do que o capitalismo afirma ser possível ou impossível. Se a política adotada pelos trabalhadores se limita aos marcos do que as leis permitem, ela inevitavelmente não questiona a dominação da burguesia. As leis não são neutras, expressam a dominação de classe da burguesia. Lembremos que a Constituição tem como máxima a preservação da propriedade privada capitalista. Ou seja, se algo é legal ou ilegal não significa que é correto. A própria burguesia vive desrespeitando a Constituição, por que a trataremos como sagrada? A nossa defesa é de que todos tenham direito ao trabalho. É o mínimo que pode se exigir no capitalismo. Ir contra o que está na Constituição, neste caso, significa lutar para defender a vida dos trabalhadores.

* A efetivação não prejudicará a qualidade dos serviços públicos?

O que significa a defesa da qualidade? Qualidade, para os capitalistas significa fazer mais, atingir metas, com menos recursos. Confunde-se com a ideia de eficácia. Para os revolucionários, a garantia de que um serviço público atenda as necessidades dos oprimidos só se concretiza por meio do controle operário. Sabemos que a precarização, acompanhada de baixos salários que obrigam trabalhadores a terem mais de um emprego; a rotatividade; o adoecimento decorrente da cobrança de produtivismo; etc. afetam o atendimento a usuários de serviços públicos. Por isso, a bandeira de efetivação e equiparação de direitos responde a este problema. A culpa do fracasso escolar ou da crise da saúde pública, por exemplo, não é do professor precarizado

ou do trabalhador da saúde subcontratado. O desmonte da educação, saúde e demais serviços públicos será combatida com a expropriação do setor privado, que determina a precarização do público para abrir espaço para a valorização do capital.

* Não é injusto com quem fez concurso?

A compreensão da conquista de um emprego como fruto do mérito está impregnada pela lógica da competição entre trabalhadores e da meritocracia, em que parte-se do pressuposto de que todos indivíduos tem igualdade de oportunidades, e seu sucesso depende do seu esforço. Sabemos que o desemprego é uma chaga para os trabalhadores. Esmaga os que estão na rua, intensifica os dramas familiares, empurra para a criminalidade, leva ao adoecimento físico e mental. Injusto é não ter o que comer ou como alimentar seus filhos. Injusto é ter de se submeter a trabalhos precários. Injusto é, para os que têm emprego, serem atemorizados o tempo todo pelos patrões que usam a massa de desempregados para obrigar que aceitem baixos salários e condições de trabalho aviltantes.

* A efetivação será um trem da alegria? Vai favorecer as indicações políticas das oligarquias?

A presença das oligarquias é um problema decorrente da formação social e política em nosso país. Sua presença na política nacional é decorrente da forma como a burguesia brasileira foi formada, sem ruptura com as oligarquias latifundiárias decorrentes do período colonial e que tiveram continuidade sob o Império e a República, da proclamação até os nossos dias. O Estado brasileiro é oligárquico. Nas pequenas cidades, sobretudo do Nordeste, o controle sobre a vida dos habitantes torna esta realidade ainda mais opressiva. Da submissão às famílias oligárquicas depende o carro pipa para irrigar o roçado; a vaga na ambulância para chegar aos hospitais; a indicação para empregos públicos, em um cenário de pouco trabalho pela baixa industrialização. A questão é: como combater a oligarquia? Certamente não é pela realização de concurso público. O PT se propôs a combater as “elites” e democratizar o Estado burguês. Em vez de desoligarquizar

as instituições políticas, por meio da “participação popular” acabou se submetendo às mesmas oligarquias que dizia combater. O enfrentamento às oligarquias é parte das tarefas burguesas não realizadas, passou para as mãos da classe operária, que combinará as tarefas democráticas e socialistas, por meio da ditadura do proletariado (governo operário e camponês). O trabalhador que deve seu emprego à indicação de um político, muitas vezes para receber um salário de fome, não é o culpado desta situação. Defender a efetivação e emprego para todos inclusive é uma forma de libertá-los desta dependência.

* Se for para efetivar, deve se colocar um critério por tempo de trabalho? Ou outro tipo de limitação?

Com a generalização da terceirização, parte dos sindicatos dirigidos pelo PSTU começa a ter terceirizados em sua base. Nestes casos, a política de defesa absoluta do concurso público fica exposta. Assim, passam a aceitar parcialmente a efetivação. Um exemplo foi o caso do SINDITEST-PR (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná). Lá, havia uma determinação judicial para demitir todos os terceirizados ligados à Funpar, uma fundação que fornecia trabalhadores para o Hospital Universitário da UFPR. A categoria se pôs em luta e o sindicato passou a defender a manutenção dos empregos. Porém, não defendeu a efetivação como princípio, mas fez uma manobra jurídica para garantir a estabilidade apenas dos atuais trabalhadores até sua aposentadoria. Ou seja, os demais terceirizados, incorporados após o acordo judicial não terão o mesmo direito, mesmo que exerçam a mesma função. Em outros locais, o PSTU começa a definir que devem ser efetivados aqueles que tiverem determinado tempo de trabalho. Ou seja, se o critério é dois anos, aqueles que tiverem um ano e 11 meses de trabalho não terão o mesmo direito. Revela-se que estas direções não defendem efetivamente o direito ao trabalho para todos e, muito menos, o princípio de trabalho igual, salário e direitos iguais.

Como vemos, a militância tem diante de si a tarefa de se colocar em defesa da efetivação sem concurso de todos os terceirizados.

A virada do PCO para o 1º de Maio da CUT

O discurso

O pronunciamento de alguns segundos de Rui Costa Pimenta no 1º de Maio da CUT/PT e aliados foi divulgado como um grande feito. No jornal Causa Operária, 10/16 de maio, faz parte de recheadas análise sobre o “golpe em marcha”, que confirmaria o seu tremendo acerto. Sozinho, o PCO se elevaria entre a CUT/PT que tardiamente se despertaram e as “esquerdas pequeno-burguesas” que capitulam. O 1º de Maio seria a prova cabal da sagacidade da previsão sombria e da vigorosa política trotskista. Até que enfim, a CUT acordou para o perigo que espreita a democracia e seu governo.

Mas mesmo assim, dentre os oradores, apenas Rui C. Pimenta foi conseqüente com a grave situação. Ninguém mais teve a clareza e a coragem de PCO de dizer com destemor que o fundamental da situação se concentra na tarefa de derrotar a direita. Rui, depois de saudar o “maravilhoso ato de 1º de maio”, deu o tom do discurso: “(...) não vamos aceitar nenhuma tentativa de impeachment, (...) não ao golpe de estado, não à direita.” Em seguida, referiu-se ao avanço da direita na Câmara dos Deputados, cujas provas eram a aprovação da lei da terceirização e a colocação em pauta da diminuição da maioria penal. E concluiu: “(...) a única maneira de derrotar toda essa ofensiva e impedir o impeachment e o golpe de Estado é com a classe trabalhadora (...)”. Isso é tudo.

Desta vez, PCO não acentuou o golpe como de caráter fascista e nem se referiu à iminência do impeachment (dizia em 13 de março, que a oposição “pretendia remover Dilma Rousseff da presidência nos próximos 30 dias”, o que exigia uma resposta imediata do PT e de

toda esquerda). Mas Rui deve ter contido sua ansiedade e procurado controlar um pouco o desenfreado subjetivismo.

O fundamental não está no que o dirigente de PCO disse no 1º de Maio, mas no que não disse. Omitiu deliberadamente as MPs 664 e 665. Colocou a necessidade de lutar contra o PL 4.330, como parte da resposta à direita golpista, omitindo que as MPs de Dilma são um feroz ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários. Não é preciso muita explicação para se desvendar o porquê. Um levante dos explorados contra as MPs seria contra o governo que está acossado pela direita. Rui rechaça essa via de luta pela omissão.

PCO não pode ir até o fim em sua posição sobre o impeachment, levantando claramente a bandeira de apoio ao governo burguês de Dilma. A cegueira é tanta que não é capaz de identificar a conduta de Dilma diante da Lei da Terceirização. O governo não levantou um dedo para combatê-la, limitando-se a negociar os aspectos fiscais.

O discurso de Rui foi de capitulação. Lá no meio do jornal Causa Operária, os redatores reconhecem que as MPs reduzem direitos sociais. E advogam que sejam incorporadas nas manifestações do dia 29. Reconhecimento esse que até a burocracia da CUT não teve como por de lado. Quem sabe amanhã PCO resolve estampar uma bandeira na capa de seu jornal de abaixo as MPs antioperárias de Dilma/Levy! Ou então, ao lado da bandeira “Barrar a Terceirização”, colocar “Barrar as MPs de Dilma/Levy/PT/PMDB.”

O 1º de Maio unificado

O jornal de PCO insiste que desta vez a CUT convocou um 1º de

Maio Unificado. Mas provavelmente não sabe que para participar havia uma condição: não atacar o governo. Essa exigência não foi feita ao PCO. Afinal sua posição vinha exatamente ao encontro dos objetivos da burocracia da CUT, CTB, MST, MTST, UNE. A CUT regional de São Paulo, segundo informe do comitê organizador do 1º de Maio da Sé, propôs a unificação, segundo tal exigência, que corretamente foi rejeitada. No Rio de Janeiro de fato se unificou. Resultado: uma mescla oportunista e confusionista. Em São Paulo, não houve de fato uma unificação.

O PCdoB que dirige a CTB e a UNE é parte da aliança governista. Votou a favor das MPs de Dilma. Na prática está pelo ajuste fiscal. A CUT fala inclusive contra as MPs, mas da boca para fora. O PT que a dirige politicamente votou as MPs. Todos condenaram a Lei da Terceirização, mas não ergueram um dedo contra a conduta do governo Dilma. O máximo que fizeram foi pedir que, se o Senado votar a favor, então, que Dilma vete.

PCO tem realizado, há alguns anos, seu ato de um particular 1º de Maio. Esmerou em atacar as manifestações da Praça da Sé, convocadas por forças de esquerda opositoras ao governo do PT. Corretamente, condenou os atos festivos da CUT. Neste ano, decidiu comparecer no Anhangabaú. A justificativa foi de que se tratava de uma manifestação dos trabalhadores contra o golpe de direita. De fato, não diferiu de atos anteriores da CUT no fundamental: apoio ao governo. Festivo ou não, o 1º de Maio da CUT e aliados sempre estiveram sob a política de colaboração de classes. Se antes as festividades disfarçavam essa orientação, neste 1º de Maio, foram explícitos. A frase do jornal Causa Operária “1º de Maio Unificado da CUT”, como se PCO fosse parte ativa, é falsa.

1º de Maio aumenta a polarização?

PCO embeleza o ato da burocracia cutista e petista. Quer nos fazer crer que esteve de acordo com a sua campanha contra o golpe. Elogia os discursos que reconheceram “o avanço da direita em uma política golpista e de ataque aos direitos dos trabalhadores” e a disposição de mobilização da CUT, ainda que limitada.

Lula traçou a linha e o tom do 1º de Maio governista: “(...) mexeu com Dilma, mexeu com muita gente desse país.”

Evidentemente, Dilma Rousseff está premida pela oposição, que manobra em duas pontas. Uma fração tremula a bandeira do impeachment, outra recomenda cautela. Golpe militar é miragem, a que PCO se agarrou para apimentar sua previsão de golpe de Estado iminente. As duas frações da oposição estão de pleno acordo de que é preciso sangrar o governo Dilma até a última gota, de forma a derrotar o PT em 2018. Lula é a única esperança dos petistas. Também deve ser sangrado. Os agentes da oposição no Estado e na sociedade (imprensa) estão procurando um caminho de imputar o caudilho no caso “Lava Jato”. Essa é a real polarização política, da qual o impeachment é um meio.

O 1º de Maio do Anhangabaú refletiu esse embate. E PCO participou como se fosse parte da polarização entre trabalhadores e a direita burguesa. Rui Costa Pimenta, com seu enorme subjetivismo acadêmico, não compreende a natureza e a evolução da disputa interburguesa.

Frente de esquerda

PCO se maravilhou com o chamado de uma frente. A sua participação estaria de acordo com tal colocação. Veja o que diz o jornal Causa Operária: “A própria participação do PCO mostra que os sindicalistas e a direção do PT têm consciência de que o momento exige uma ampla mobilização e luta política. Daí que o presidente da CUT tenha falado de uma grande frente de esquerda para lutar contra a direita”.

A presença de PCO, com sua bandeira contra o golpe, e nada é

a mesma coisa para a burocracia da CUT. É direito dos redatores do Causa Operária delirar.

A bandeira de uma Frente Nacional de Esquerda foi lançada logo no início do governo Dilma e da crise política. Seu conteúdo: apoiar a governabilidade de Dilma, em difícil momento de desequilíbrios econômicos que se convertem em acirramento da disputa interburguesa. PCO está tão estrábico que dá apoio a uma frente burguesa.

O correto é defender: Não à frente burguesa de apoio a Dilma! Por uma frente única sindical para derrubar o PL 4330 e as MPs 664/665!

Sobre a greve geral

Vagner Freitas, presidente da CUT, contracenou com Lula e teatralizou o radicalismo: “Veta Dilma! Se o Senado aprovar, eu quero aprovar aqui, uma greve geral contra o 4330 (...)”. Ficou certo que o dia 29 será um dia de paralisação.

PCO que rechaçou terminantemente a bandeira de greve geral levantada pela CSP-Conlutas, abraçou com ardor a da burocracia da CUT. Segundo essa organização, essa é a via para barrar o avanço da direita. Para esse objetivo, deve-se mobilizar. Está aí por que a proposta da CUT deve ser apoiada e a “da esquerda pequeno-burguesa” rejeitada.

O jornal Causa Operária diz que as esquerdas usam a greve geral para esconder a política direitista. Raciocínio bisonho e tolo. Eis: a CUT está por uma greve geral contra os golpistas; as esquerdas, por uma greve geral em favor dos golpistas. Esse tipo de esquematismo sectário vem sendo repetido diuturnamente pelos *ruisistas*. Acreditam cegamente que por esse caminho PCO se distinguirá e se afirmará. Ao contrário, nota-se que PCO se decompõe política e moralmente.

Rui Pimenta volta e meia acusa esta ou aquela corrente de difamar sua organização. Assim, pretende mascarar suas calúnias. Entre as esquerdas – maiores e menores, segundo a classificação dos *ruisistas* –, as diferenças são imensas. Mas Causa Operária as coloca na mesma vala. O resultado é que tais “trotskistas” se alinham por trás da burocracia e com o PT na sustentação de um governo que assumiu plenamente as exigências do capital financeiro nacional e internacional.

A burocracia da CUT não quer greve geral. Se quisesse, estaria trabalhando por ela há muito. Uma greve geral se choca com seu próprio governo que se empenha em aplicar o ajuste fiscal anti-operário. No ABC, a CUT, por meio do sindicato metalúrgico, vem enganando os operários com lay-offs, férias coletivas, PDVs. Milhares de demissões foram efetuadas, sem nenhuma séria reação da burocracia. A terceirização vem sendo implantada há muitos anos. A burocracia colaborou para seu avanço. Dilma lançou um brutal ataque a direitos trabalhistas e previdenciários. A CUT apenas resmungou.

Vagner Freitas fez uma ameaça de greve geral no caso do Senado aprovar a Lei da Terceirização. Não passa de aceno. Quanto às MPs de Dilma, teriam ou não de ser derrubadas com as massas nas ruas? PCO oculta esse ponto, portanto está contra uma greve geral que atinja o governo. E por quê? Porque, segundo o raciocínio bisonho, fortalecerá a direita com seu “Fora Dilma” e “impeachment”.

Não passa pela cabeça dos *ruisistas* que uma greve geral pela defesa da vida das massas, contra a burguesia e seu governo impulsionará a independência de classe do proletariado. Desenvolvem-se as tensões de luta entre os explorados. Temos o dever de impulsioná-las partindo de suas necessidades. O ataque de Dilma e da Câmara dos Deputados atinge amplamente os assalariados. O que permite generalizar as lutas particulares em curso. A tarefa consiste em organizar o combate contra todas as forças que trabalham para implantar medidas anti-operárias e antinacionais. O governo do PT/PMDB age em favor do grande capital contra a maioria nacional oprimida. A classe operária, os camponeses e a juventude têm de enfrentá-lo com suas reivindicações, métodos e estratégia de poder próprios.

Nesta edição:

- Guillermo Lora: contribuições à luta do proletariado mundial e ao marxismo revolucionário
- Mais um levante negro nos Estados Unidos
- Chile: Crise do regime político burguês
- Quem é o culpado de ter começado a 2ª Guerra Mundial

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Guillermo Lora: contribuições à luta do proletariado mundial e ao marxismo revolucionário

Em 17 de maio de 2009, faleceu Guillermo Lora Escobar, secretário-geral do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia e, reconhecidamente, o mais importante marxista e teórico da revolução boliviana. Lora nasceu em 25 de julho de 1921 na localidade de Uncia, Departamento de Potosi, na Bolívia. No final da década 1930, ingressou nas fileiras do POR, quando ainda era estudante secundarista. Nessa época, o partido, que foi fundado em junho de 1935 em Córdoba, Argentina, por um grupo de militantes exilados, sob a liderança de José Aguirre Gainsborg, como resultado da fusão de organizações e grupos de esquerda, mantinha uma estrutura federativa, portanto não tinha ainda uma estrutura leninista. Coloca-se claramente a necessidade de reorganização do partido como organização bolchevique, sob bases programáticas e orientado a marchar ao encontro das massas proletárias.

A trajetória de Lora no interior do marxismo revolucionário (trotskismo) é marcada pela unidade entre a teoria e a prática, a experiência da luta de classes e a sua necessária transformação em teoria (marxismo, socialismo científico). Ao longo de várias décadas de vida consciente e revolucionária, conseguiu elevar-se a condição de revolucionário profissional, no sentido leninista do termo, dedicou o melhor de sua vida à construção da ferramenta, o partido político, para organizar a classe operária, como direção do conjunto dos explorados, para a tomada do poder e construção do socialismo. Seus escritos, reunidos nas *Obras Completas*, chegam a 70 tomos. Sintetizam, portanto, toda uma experiência política, teórica e programática de construção do Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia) e de intervenção no debate político e teórico nacional e internacional. Reunimos abaixo o essencial de sua trajetória política e intelectual.

Penetração nos centros mineiros e as *Teses de Pulacayo*

Em plena ditadura de Peñaranda, Guillermo Lora estruturou uma célula de estudantes (entre os quais se incluía o trotskista e muralista boliviano Miguel Alandia Pantoja) em 1941, que, logo em seguida, seria descoberta e reprimida pela polícia, obrigando o jovem estudante a se mudar para Oruro, colocando-se em contato com os centros mineiros, onde se encontrava a parte mais importante do proletariado boliviano - os trabalhadores das minas. Abriu-se uma possibilidade de projeção da política revolucionária do POR entre o proletariado mineiro, superando, dessa forma, a fase anterior, quando era composto basicamente pela pequena burguesia (estudantes, intelectuais). A propaganda e agitação das posições poristas nos centros mineiros de Siglo XX, Colquiri, San José e Huanuni ocorreram no contexto de

fortalecimento do movimento sindical mineiro, despertado depois do Massacre de Catavi, em que milhares de operários grevistas e suas famílias desarmadas foram reprimidos e mortos pela artilharia do governo. Nesse período, Lora conhece sua primeira prisão, ficando encarcerado em Coati, no lago Titicaca, campo de concentração para prisioneiros políticos.

O POR atuou nos distritos mineiros, defendendo as suas reivindicações e a independência política da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros de Bolívia (FSTMB) frente ao governo. O produto desse trabalho militante foi a elaboração, defesa e aprovação das conhecidas *Teses de Pulacayo* (1946) no Congresso Mineiro Extraordinário de Pulacayo, em 1946, o mais importante documento sindical da Bolívia. Embora tenha redatado as teses, Lora sempre afirmou que se trata de um documento escrito pelos punhos dos operários das minas e não por ele. O que tinha feito era simplesmente passar ao papel as ideias e posições políticas da classe operária boliviana brutalizada pela exploração e pela opressão. O documento aplica o método do Programa de Transição da IV Internacional à realidade econômica, social e política do país, caracterizando a Bolívia como país capitalista atrasado, de economia combinada, parte da economia mundial, na qual só cabia como estratégia a revolução proletária, realizada pela maioria oprimida, sob a liderança do proletariado.

O Bloco Mineiro Parlamentar como tribuna revolucionária

Os anos de 1946 a 1952, chamado de sexênio rosqueiro, seriam marcados pelo domínio dos partidos da rosca mineira (oligarquias), apoiada pelo estalinismo contrarrevolucionário. Em 1947, foram realizadas eleições, nas quais se conformou uma Frente Única Proletária entre o POR e a FSTMB, baseada nos fundamentos das Teses de Pulacayo. Entre os 10 parlamentares eleitos, encontrava-se Guillermo Lora, pelo distrito de Llalagua-Catavi. Como marxista revolucionário, Lora transformou a atuação parlamentar em tribuna revolucionária, como defendia Lênin e o Partido Bolchevique, combatendo as políticas e ataques do Estado e governo, denunciando a exploração e condições de vida e trabalho dos operários.

O levante das massas desencadeou uma forte repressão policial e a militarização dos distritos mineiros pelo governo de Mamerto Urriolaogitia, em 1948. Os parlamentares do Bloco Mineiro foram privados de ir ao centro mineiro de Catavi. Lora denunciou os atos do governo burguês desde a tribuna parlamentar. Em fins de maio de 1949, os deputados do Bloco Mineiro foram presos e deportados para Antofagasta, no Chile. Em outubro, através da Argentina, Lora

voltou ao país clandestinamente. Depois de ocupar o Congresso, foi acompanhado por deputados até a embaixada do Uruguai e novamente exilado por meses. A prisão dos parlamentares do Bloco levou à reação do proletariado mineiro contra a ação do governo, com paralisações, assembleias e aprovação de greve geral. Os operários chegaram a manter como reféns altos funcionários do minerador Pátino. O governo rosqueiro respondeu à ação direta do proletariado mineiro com repressão e brutal assassinato de pelo menos 2000 mineiros. O ocorrido ficou conhecido como Massacre de Catavi-Siglo XX. Os estalinistas do Partido de Esquerda Revolucionário (PIR), que apoiavam o governo, foram definhando, até serem substituídos pelo Partido Comunista da Bolívia (PCB), criado em 1950, cuja política continuou a mesma, de apoio a governos burgueses, ditos progressistas, contra a organização política independente do proletariado e demais explorados bolivianos.

A Revolução de 1952 e o combate ao nacionalismo burguês

O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido pequeno-burguês, que expressava a política da burguesia, acabou ganhando as eleições presidenciais de maio de 1951, elegendo Paz Estenssoro. Entretanto, o governo da rosca mineira (oligarquias) anulou o resultado das eleições em 16 de maio. O MNR, incapaz de se apoiar na luta das massas, organizou um golpe em 9 de abril de 1952, apoiando-se num setor da polícia do regime, ocupando os principais pontos de La Paz. O governo reagiu, por meio do general Humberto Torres, da Junta Militar, cercando a capital. As massas exploradas, armadas com dinamite, entretanto, reagiram, ocupando quartéis, tomando armas e combatendo os regimentos de Torres. Operários e camponeses armados nas ruas lutavam por terra e pela nacionalização das minas, ressaltando, sobretudo, o papel dirigente do proletariado mineiro. A intervenção das massas, no contexto de uma tentativa de golpe frustrado do MNR, transformou o contexto político em uma verdadeira insurreição. Entretanto, foram capitaneados pelo MNR, com a ilusão de que o governo movimentista pudesse concretizar nos fatos as reivindicações das Teses de Pulacayo.

Guillermo Lora se encontrava em Paris, participando de um Congresso da IV Internacional, quando irromperam os acontecimentos de 9 de abril. Sua tentativa de voltar imediatamente ao país foi frustrada pelas manobras da direção pablista (refere-se ao revisionista Michel Pablo). Apesar da brutal repressão do governo contra os militantes poristas e sua atuação dispersa, o programa do POR expressava fielmente as reivindicações do proletariado e demais explorados em luta. Coube à militância do POR a iniciativa de propor a criação da Central Operária Boliviana (COB), que jogaria um papel de verdadeiro órgão de poder do proletariado e das massas bolivianas, exigindo a nacionalização das minas e ferrovias, a revogação das leis contra os trabalhadores, a resolução da questão agrária, a dissolução do exército e a constituição das milícias operário-camponesas.

O MNR, cuja ala esquerda dirigia a COB, manobrou, constituindo um gabinete de coalizão, um co-governo com a direção da COB (Juan Lechín, German Butron e Ñuflo Chavez foram nomeados ministros), com o objetivo de conter os ânimos das massas e controlar o movimento das ruas. O POR era, então, minoria na COB e a maior parte das massas foi arrastada pelo MNR. Ainda mais, o POR sofreu pressões da direção pablista da IV Internacional (Mandel, Pablo) no sentido de dissolver a organização partidária no seio do movimento nacionalista, que dirigia as massas e o processo revolucionário. Pesou, evidentemente, o pouco desenvolvimento programático e dos quadros partidários marxistas. Não obstante, o POR colocou claramente a incapacidade do governo nacionalista de encampar as reivindicações das massas e romper com o imperialismo. O MNR capitularia

necessariamente diante das pressões das grandes potências e conglomerados econômicos internacionais, o que veio a se confirmar completamente.

Guillermo Lora, agrupando os militantes em torno das teses da 10ª Conferência do POR, travou uma luta sem tréguas contra os pablistas, então apoiados pelo Bureau Latinoamericano da IV Internacional, sobre os rumos da revolução boliviana, a evolução da consciência de classe e a posição diante do MNR. O objetivo dos pablistas dentro e fora do partido (direção da IV Internacional) era quebrar o partido revolucionário, chegando, inclusive, a marginalizar completamente o grupo dirigido por Lora das atividades preparatórias da 11ª Conferência Nacional do POR, de 1954. A cisão se seguiu, oficializando-se em 1956, quando Lora passou a reorganizar o POR em torno do Jornal Massas.

A Assembleia Popular de 1971 como órgão de poder das massas

De fato, o MNR foi, ao longo dos anos, sendo empurrado ao campo do imperialismo, combatendo a ação independente das massas trabalhadoras, especialmente, do proletariado mineiro. Os trabalhadores foram perdendo as ilusões no movimentismo, passando à ação direta de massas nas ruas, em defesa de suas condições de vida e trabalho, o que levou ao confronto com o governo. Diante do ascenso das massas e da crise política do governo movimentista, a burguesia recorreu ao golpe militar, em 1964, por meio do general René Barrientos (havia sido candidato a vice-presidente de Paz Estenssoro), com ataques às condições de trabalho das massas e às liberdades sindicais. Formaram esquadrões da morte para varrer do movimento operário lideranças como Cesar Lora e Isaac Camacho, militantes do POR em Catavi-Siglo XX, o que de fato ocorreria com o assassinato de Cesar Lora em 29 de julho de 1965. Dois dias depois, o operário porista Julio Aguilar seria sequestrado e morto. Isaac Camacho acabou sendo assassinado em 1967.

O general Ovando Candia, por meio de um golpe militar, assumiu o poder em 1969. A reorganização das massas trabalhadoras, expressas na realização do Congresso da COB de 1º de maio de 1970, e a profunda instabilidade política foram respondidas com um novo golpe, dessa vez, pelo general nacionalista Juan José Torres, em 6 de outubro de 1970. O movimento de massas respondeu com a formação do Comando Político do Povo e da COB, do qual faziam parte variados partidos de esquerda, inclusive um setor do MNR, que seria logo expulso. Diante das posições no sentido de apoio ao governo de Torres e de constituição de um governo de unidade nacional (e, após a tentativa de golpe frustrada contra Torres, patrocinada pelo general Miranda em fins de 1970, a tentativa de cooptar lideranças para formar um co-governo com Torres e indicação de dirigentes das organizações operárias para metade dos ministérios), o POR defendeu intransigentemente a independência de classe do proletariado e de suas organizações, colocando a possibilidade de constituição de um verdadeiro órgão de poder do proletariado e demais explorados.

Em 15 de janeiro de 1971, surgiu a Assembleia Popular, em cujo nascimento participou o POR, um verdadeiro órgão de poder dos explorados, com características soviéticas. Lora teve um importante papel no nascimento e configuração política da Assembleia Popular e na crítica aos dirigentes, que defendiam a participação no governo do general Torres. Rapidamente, a organização de massas agrupou ao redor de suas posições políticas amplos setores da maioria nacional oprimida pelo imperialismo e se difundiu pelo país. Entretanto, a reação burguesa foi implacável, impossibilitando o enraizamento das assembleias populares regionais, a pressão sobre as forças armadas e sua cisão. Sob a direção de Hugo Banzer, foi desferido um golpe mili-

tar em 21 de agosto de 1971. Guillermo Lora acabou exilado no Chile, a partir do qual realizou um balanço formidável da experiência da Assembleia Popular como materialização da Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA), no seio da qual o proletariado, dirigido pelo partido revolucionário, atua para ganhar a maioria nacional oprimida e concretizar a perspectiva da tomada do poder (revolução e ditadura proletárias).

Aportes de Guillermo Lora ao marxismo (socialismo científico)

Lora, em sua incansável militância uniu indissoluvelmente a prática revolucionária à elaboração teórica, política e programática. Foi também um difusor da teoria marxista. São dele os textos *Elementos de Marxismo*, *Marxismo para Operários*, *História das Quatro Internacionais*, *Marx e a teoria da revolução permanente*, *História e Materialismo Histórico*, além de textos como *Lênin como tipo nacional* e *Rosa Luxemburgo*. Também procurou sintetizar o desenvolvimento do marxismo no país altiplano, como nas obras *O marxismo na Bolívia*, *Figuras do trotskismo boliviano* e *O papel contrarrevolucionário do PCB*. Nessas obras, Lora comparece como um teórico marxista, que difunde o conhecimento elaborado a partir do materialismo histórico-dialético pelos fundadores do marxismo e pelos seus continuadores (Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo), tendo em vista as novas gerações de militantes tanto da pequena-burguesia (estudantes e intelectuais) como do operariado.

Em 1946, redigiu as *Teses de Pulacayo*, documento que aplica o método marxista ao conhecimento da realidade da Bolívia, ao seu desenvolvimento histórico, à dinâmica das classes e da luta de classes e às tarefas históricas da revolução proletária. Certamente, as linhas gerais da teoria da revolução permanente de Trotsky já haviam exposto os condicionamentos históricos que podem levar à vitória do proletariado nos países capitalistas atrasados, antes de se tornar vitoriosa a revolução nas potências imperialistas. Entretanto, Lora não se limita aos delineamentos gerais da teoria da revolução permanente e da experiência dos processos revolucionários em outras latitudes. Procura, a partir dessa experiência acumulada pelo movimento internacional do proletariado revolucionário, compreender a história e a dinâmica da luta de classes na Bolívia, país em que o POR boliviano atua no sentido de transformar. Nos textos *A Revolução Boliviana*, *Vencer o atraso e a fome*, *História do Movimento Operário Boliviano*, *Formação da Classe Operária Boliviana*, *Contribuição à História Política da Bolívia*, *Estudos Histórico-Políticos sobre Bolívia*, *Proletariado e Nação Oprimida*, *Da Assembleia Popular ao Golpe Fascista*, entre outros, investiga minuciosamente o desenvolvimento histórico e a realidade da Bolívia, para elaborar a partir da experiência e da luta de classes a teoria da revolução boliviana. É de grande importância a revelação das leis históricas da revolução proletária na Bolívia, de capitalismo atrasado que combina formas de produção pré-capitalistas com as capitalistas. Por meio da experiência, Lora demonstra a incapacidade do nacionalismo burguês em conquistar a independência nacional e resolver tarefas democráticas – como a reforma agrária –, tarefas essas que passaram para a classe operária em aliança com os camponeses. A estratégia da revolução e ditadura proletárias guiam a ação política do POR, em total contraposição ao nacionalismo, reformismo e revisionismo.

Como revolucionário profissional, Lora se preocupou a fundo com a assimilação da teoria marxista do partido político, as experiências revolucionárias de outros países, especialmente do Partido Bolchevique de Lênin e Trotsky, com o objetivo de estruturar uma sólida organização revolucionária em seu país e reconstruir a IV Internacional. São dele os textos *Teoria Marxista do Partido Político*, *O Partido e sua Organização*, além de uma vasta bibliografia sobre a história do Partido

Operário Revolucionário (POR-Bolívia), como é o caso de *Contribuição à História Política da Bolívia*. Nesses documentos, o dirigente do POR boliviano expõe a teoria leninista do partido, a sua estrutura organizativa, a célula como sua base, o centralismo democrático como regime de funcionamento, além da experiência levada a cabo na Bolívia para por em pé um autêntico partido leninista. Também está presente a crítica aos desvios foquistas em matéria política, teórica e organizativa. As diversas tentativas de forjar grupos bem armados, ignorando o programa e a estrutura leninista de partido pelo castro-guevarismo na América Latina, desconsiderando as condições objetivas e subjetivas da ação revolucionária, recebeu a sua mais dura crítica marxista no texto *Revolução e Foquismo*.

Também foi na Bolívia que se realizou uma dura luta contra o nacionalismo de conteúdo burguês e seus seguidores de esquerda. Desde a revolução de 1952, quando o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), à testa das massas, chega ao poder do Estado, o POR caracterizou que o nacionalismo acabaria submetido ao imperialismo e, portanto, em luta contra o proletariado e demais explorados. Não tardou para que essa tese se confirmasse inteiramente. O MNR terminou a sua trajetória como instrumento do imperialismo contra as massas exploradas bolivianas. Por outro lado, a crítica ao nacionalismo da esquerda estalinista e revisionista expôs claramente a traição das correntes e partidos no movimento operário e sua subordinação aos governos, ditos “progressistas”. O conjunto dos documentos do POR boliviano sobre o nacionalismo, tal como o texto de Lora *Política entreguista e antipopular do MNR*, expressa bem a profunda luta travada ao longo de anos de domínio do nacionalismo.

Lora também analisou o processo de burocratização e degeneração dos Estados operários, em particular da ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Suas análises sobre o período final de decadência do estalinismo na Rússia, particularmente a partir de 1985 com o governo de Gorbatchov, estão presentes em *A Contrarrevolucionária Perestroika*, denunciando o caráter das medidas implantadas pela burocracia soviética e pelo Partido Comunista para destruir as conquistas da Revolução de Outubro de 1917. Em *Lição Cubana*, Lora analisa igualmente a experiência da Revolução Cubana e os desenlaces com a aproximação do governo de Castro à burocracia soviética estalinista. Os prognósticos levantados na obra estão se concretizando atualmente com o processo de restauração capitalista conduzido pela burocracia do PC cubano diante das pressões do imperialismo e do isolamento de Cuba.

Há muitas outras aquisições na extensa obra do revolucionário boliviano. Portanto, as contribuições de Lora para o marxismo são fundamentais e devem ser estudadas por todos os revolucionários.

A luta pelo Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional)

A luta de Lora não se restringiu a por em pé o Partido Operário Revolucionário (POR) sobre bases leninistas e enraizado na classe operária boliviana, como direção da maioria nacional oprimida. Trabalhou continuamente pela reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista, fundado por Trotsky, em 1938, como resposta à crise de direção internacional do proletariado, diante da traição e das deformações do estalinismo frente ao Estado Operário soviético, ao PCUS e à destruição da III Internacional. No entanto, a direção pablista (Michel Pablo e Ernest Mandel) levou a IV Internacional a uma revisão das teses de Trotsky sobre o caráter contrarrevolucionário do estalinismo nos anos 1950, passando a considerá-lo como progressista (certamente impressionados com as consequências da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do fascismo pelo Exército Vermelho e a expansão da influência estalinista no Leste Europeu) e

que, portanto, os partidos e organizações trotskistas deveriam fazer entrismo nos PCs para recuperá-los. A revisão pablo-mandelista concluiu com a divisão e fragmentação da IV Internacional. Os pablistas derivaram essa política para o entrismo e dissolução do partido nas organizações nacionalistas. Essa orientação custou caro ao POR boliviano e levou à sua cisão.

O POR teve de travar uma dura luta contra a influência do pablismo no seio do partido na Bolívia. Posteriormente, os pablistas se orientaram até o foquismo na América Latina, chegando a se colocar contra a Assembleia Popular de 1971. Mais uma vez, Lora e o POR se debateram com as posições foquistas, distantes da luta das massas, e derrotaram política e programaticamente o pablismo no campo da luta ideológica e de classes. Em 1969, o POR se aproximou do Comitê Internacional da IV (CI), dirigido pela Organização Comunista Internacional francesa, integrando-o a partir de 1970. Logo apareceram profundas divergências políticas e organizativas com a corrente capitaneada por Pierre Lambert. Essas divergências não puderam ser amadurecidas a partir do método de elaboração coletiva e do centralismo democrático. Em 1979, O POR e o PO da Argentina romperam

com o Comitê Internacional lambertista, constituindo junto com outros agrupamentos a Tendência Quarta Internacional (TQI), que não chegou a se desenvolver.

A partir de 1988, Lora trabalhou para organizar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), do qual fazem parte atualmente as seções da Argentina, Bolívia e do Brasil. Suas contribuições teóricas, políticas e programáticas ao embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional) são marcantes. Lora é autor de diversos documentos, boletins e declarações políticas do Cerqui, inclusive de sua Declaração Política Constitutiva e Estatuto de funcionamento, sobre a base do centralismo democrático. Diante da morte do militante porista, resta aos quadros militantes atuais levar a cabo a última batalha do revolucionário profissional boliviano e trabalhar a fundo para reconstruir a IV Internacional, fundada no internacionalismo proletário.

Viva a revolução proletária na Bolívia!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Viva a reconstrução da IV Internacional!

Pelo CC do POR do Brasil, Nelson Berton

Mais um levante negro nos Estados Unidos

No dia 12 de abril, outro jovem negro foi assassinado pela polícia. Freddie Gray tinha sido preso em Baltimore, estado de Maryland. Gray foi conduzido à delegacia algemado de pés e mãos na viatura. Segundo o GPS do carro, no trajeto constaram três paradas que não foram explicadas pelos policiais. Quando entrou em coma, foi levado até o Hospital. No momento de sua internação, 80% da espinha dorsal expunham graves ferimentos e sua laringe estava esmagada. Uma semana depois, faleceu.

A população negra reagiu massivamente, exigindo a punição dos policiais. A manifestação começou pacífica. Diante do descaso do Departamento de Polícia local (BPD) e das autoridades políticas, transformou-se em rebelião. Durante dois dias (27 a 29 de abril), uma massa de jovens tomou as ruas, depredou, saqueou e queimou estabelecimentos. A multidão negra enfrentou a polícia com os objetos que lhe vinha às mãos. Viaturas foram apedrejadas e incendiadas.

O governador de Maryland, Larry Hogan, e a prefeita de Baltimore, Stephanie Rawlings-Blake, decretaram o toque de recolher das 22 às 5 horas. Mobilizaram-se 5 mil efetivos da Guarda Nacional e da *State Trooper* (Tropa Estatal), polícia estadual. Mesmo com a intervenção dos “líderes comunitários negros” e da igreja, procurando pacificar os jovens irados, foi difícil controlar a revolta. Obama prometeu “toda ajuda necessária”. A corregedoria do Departamento de Justiça foi obrigada, desta vez, a apurar as responsabilidades. Seis policiais envolvidos foram afastados preventivamente.

No dia 30 de abril, deflagraram dúzias de protestos por todo o país. Exigiam justiça, punição dos assassinos e fim das discriminações raciais. Em Minneapolis, *BlackLivesMatter* (A vida dos negros importa!) convocou uma manifestação de 500 pessoas. Em Nova York, *The Millions March* (A marcha dos milhões) organizou um ato sob a palavra de ordem “justiça social, econômica e racial”. O ato acabou em confronto, quando a polícia impediu os manifestantes de chegarem à Praça Union Square. Em Washington, *National Black United Front* (Frente Nacional Negros Unidos) realizou uma manifestação em apoio ao levante popular de Baltimore e exigiu a apuração de “todos aqueles que foram assassinados pelo terrorismo policial”. As manifestações em cadeia chegaram a Boston, Denver, Seattle, Chicago, Los

Angeles, Oakland, etc.

Contraofensiva política da burguesia

Militarizada a cidade e controlados os protestos, no dia 29 de abril, em uma coletiva de imprensa na Casa Branca, Barack Obama afirmou: “*criminosos (...) destroçaram*” Baltimore. Era mais um passo no cerco ideológico acenado pela burguesia e setores da pequena burguesia negra para dividir os protestos e condenar os “métodos violentos”. Lideranças negras, como Jamal Bryant (*Empowerment Temple*) e Al Sharpton, chamaram a “protestar pacificamente” e retornar aos lares, se afastando dos “violentos”. Esses depoimentos objetivaram descaracterizar os protestos como sendo organizados por bandos de criminosos ou pequenos grupos isolados, objetivando esmagar a rebeldia popular. O fato de o movimento surgir espontaneamente e não ter uma organização centralizada impossibilitou uma resposta política e ideológica para mostrar aos explorados brancos e negros as reais causas da discriminação e da brutal ação da polícia.

No dia 2 de maio, a Promotoria acusou os seis policiais afastados por não terem prestado assistência médica a Gray. Dois deles foram acusados de homicídio. A população festejou. Lembremos o desfecho do caso de Ferguson. Quando convocado, um *Grand Jury* (evitando um julgamento público) se reuniu para decidir se existiam fatos suficientes para processar penalmente o policial Wilson, concluiu que o assassino de Michael Brown era inocente. O que levou a novos confrontos e grandes mobilizações em repúdio contra a impunidade. Agora, a mudança de atitude das autoridades, processando os policiais de Baltimore, expressou uma mudança tática do poder judicial e político, visando a evitar novos protestos.

Os governos federal, estadual e municipal abriram uma válvula de escape para desviar a luta das massas para os canais judiciários e para os métodos pacíficos. É nesse sentido que o governo federal tem aventado a possibilidade de realizar uma vistoria sobre todos os departamentos de polícia envolvidos em assassinatos e opressões contra as minorias. Assim, como as propostas para programar reformas nos procedimentos policiais, nos métodos de abordagem e nas punições contra os chamados de “excessos de uso na força policial”. Entretanto, o avanço na militarização das polícias federais, estaduais e municipais se avoluma. É preciso considerar que

a crise social nos Estados Unidos se ampliou no último período. Vem crescendo o descontentamento entre os explorados. É o que indica o quadro grevista (petroleiros, assalariados do comércio – a exemplo dos trabalhadores de McDonald's, etc.). Desenvolve-se a crise política, com os Estados Unidos tendo de recrudescer o intervencionismo imperialista. Essa situação explica o reconhecimento de Obama de que a situação do país caracteriza-se por ter “*protestos (...) uma vez por semana ou a cada duas semanas*”.

Racismo nos EUA

A burguesia norte-americana acreditava ter contornado a crise que derivou do levante popular em Ferguson. No entanto, mais casos de fuzilamento de negros pobres por policiais foram conhecidos publicamente, o que derivou em novas manifestações. Foi necessário a burguesia armar uma grande campanha objetivando descaracterizar o racismo e qualificando os assassinatos como resultantes do “uso excessivo da força policial”, da “falta de preparo” e das “atitudes individuais”.

Estudos demonstram que os tais “usos excessivos da força” correspondem à estruturação histórica do capitalismo norte-americano e às graves contradições sociais que se acumularam no seio da economia: desemprego, precarização, opressão das minorias, parasitismo financeiro e super exploração da força de trabalho. Eis por que caem por terra as falsas justificativas e vem à tona a segregação histórica dos brancos contra os negros. A prefeita, o chefe da polícia de Baltimore e o presidente do país são negros. Mas, todos eles encabeçaram a repressão e a militarização em defesa das “instituições” e da “propriedade privada” que expressam o poder da burguesia branca. É sabido que policiais negros são adestrados a tratar os pobres e os jovens negros como pré-dispostos ao crime.

Gray é a oitava vítima negra da polícia norte-americana, desarmado e sem capacidade de reação, entre agosto de 2014 e abril de 2015. 93% das prisões e 90% das multas de trânsito recaem sobre a população negra. O risco de um jovem negro morrer nas mãos da polícia é 21 vezes maior que o de um jovem branco. 60% da população carcerária é negra e hispana (30% somente são brancos). As desigualdades não param por aí: de cada seis dólares de um branco, apenas um fica com os negros; os brancos possuem seis vezes mais riquezas que os negros; os ganhos anuais em média dos negros são 50% menores que os dos brancos. Com a crise de 2008, os negros perderam, até agora, 31% de seus ganhos em média, enquanto os brancos só 11%; 73,4% dos brancos têm casa própria, os negros, 43,2%; os negros sofreram maior número de despejos que os brancos.

O caso de Baltimore

Baltimore concentra as contradições sociais e raciais. Nos anos 1950, foi o centro econômico do estado. Ali se desenvolveu a grande indústria de aço. Milhares de operários brancos e assalariados agrícolas negros do sul se deslocaram à cidade. Construíram-se bairros operários, um porto e a indústria naval prosperou. Mas, as atividades mais qualificadas e bem pagas foram reservadas aos brancos: a burguesia reproduzia a discriminação histórica contra os trabalhadores negros.

Em 1933, os negros de Baltimore organizaram um boicote à pequena burguesia comercial branca, que, em suas lojas e supermercados, se negavam a contratar negros. Os operários da indústria do aço, na década de 60, conquistaram um nível de vida diferenciado, ampliando seu acesso à educação, à saúde e à moradia própria. Nos anos 1970, a crise capitalista resultou em um golpe

mortal. A grande indústria fechou e os capitais se deslocaram para fora do país. Floresceu o parasitismo imobiliário. As moradias passaram a ser compradas pela metade dos preços, para logo elevá-los até 200%. Resultado: um terço dos empregos destruídos e um terço dos proprietários perderam suas casas. O desemprego entre a juventude negra no estado e, particularmente em Baltimore, chegou a 60% e os ganhos salariais regrediram (35% inferior em relação de 1960). Eis por que a população e juventude negra foram o motor dos protestos.

A luta pelo fim do racismo e de todo tipo de discriminação depende do proletariado

A descrição acima demonstra que a desigualdade econômica, social, política e jurídica entre brancos e negros estão na base dos protestos. O fim jurídico da segregação racial, em 1964, não acabou com as bases materiais da violência racial que, a cada tanto, voltam a se manifestar. Referimo-nos à ditadura da burguesia imperialista norte-americana branca. A propriedade privada monopolista, a brutal exploração da força de trabalho e a opressão racial constituem partes interdependentes do mesmo fenômeno social. Por outro lado, a violência contra negros e tantas outras minorias correspondem à projeção de sua burguesia como opressor dos povos negros.

Eis os fundamentos de por que todo crime racial cometido pelos agentes do Estado burguês, nos Estados Unidos, comparecem como um reflexo da sociedade de classes. Eis também por que aprofundamento das contradições sociais, resultantes dos avanços da crise capitalista, impulsionará novos confrontos raciais, que no fundo é luta de classes. O fundamental está em assinalar que a eliminação de toda forma de discriminação e opressão passou a ser uma tarefa da revolução socialista.

As denúncias, as lutas democráticas e as reivindicações contra a opressão racial devem servir ao objetivo da luta do proletariado pela derrubada do poder burguês, a expropriação revolucionária da burguesia e a transformação dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista. As massas negras terão nesse processo um papel relevante.

Construir o partido da revolução proletária

Essa perspectiva exige a construção do partido marxista-leninista-trotskista entre o proletariado norte-americano e as massas negras em particular. O proletariado norte-americano é um dos mais poderosos pelo lugar que ocupa nas relações de produção mundiais. Despertou grande entusiasmo ao movimento revolucionário da década de 30, quando se colocou a formação de um Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos. Mas a experiência não foi adiante. Consolidou-se uma burocracia sindical autoritária, pró-patronal e venal.

A vanguarda marxista que constituiu o SWP se tornou a principal seção da IV Internacional. No entanto, logo mostrou fraquezas diante da tarefa de se constituir como programa no seio do proletariado. Acabou enveredando no revisionismo pablista, que destróçou a IV Internacional. De maneira que o proletariado e as camadas negras que conseguiram se elevar até a pequena burguesia não puderam confluir suas revoltas com o programa da revolução social. Sem a unidade de negros e brancos explorados e oprimidos pela minoria capitalista branca não é possível sequer conquistar reais direitos que avancem no sentido da eliminação total do racismo.

A tarefa de construir o partido proletário nos Estados Unidos é fundamental não apenas para o movimento social interno, mas para o movimento revolucionário mundial.

Chile: Crise do regime político burguês

No dia 6 de maio, a presidente Bachelet anunciou a demissão de todos os ministros. Na segunda-feira, 11 de maio, assumiram os novos ministros. Três meses de crise política tinham passado, desde que se tornou público o envolvimento de seu filho e nora em especulações imobiliárias. O ministro do Interior, Rodrigo Peñailillo, era o mais comprometido. Foi acusado de receber 2 milhões e 500 mil pesos pela emissão de notas falsas. A empresa intermediária envolvida, fundada por Giorgio Martelli, serviu de fachada para arrecadação de fundos partidários à Nova Maioria – NM (o famoso caixa dois do Brasil).

Os novos ministros pertencem aos setores mais reacionários da aliança governista, que resistem às reformas democratizantes e estão vinculados organicamente a poderosos setores capitalistas. Rodrigo Valdéz, designado ministro da Fazenda, foi funcionário do FMI, de um fundo de investimentos (Barclays Capital) e uma seguradora (BTG Pactual). Ximena Rincón, nova ministra do Trabalho, integrou o diretório de uma AFP (Administradora de Fundos Previdenciários) e capitaneou na presidência de Ricardo Lagos (Democracia Cristã-DC) a Reforma da Previdência, que resultou em fabuloso negócio para as administradoras privadas. A permanência de Ezaguirre em Educação enfureceu os estudantes. Acusam-no de barrar a reforma da educação em função dos interesses dos capitalistas da educação.

De conjunto, as mudanças indicam que o governo passa a se apoiar nos setores mais reacionários de NM e a refletir as pressões dos monopólios capitalistas. Os exemplos acima descritos, por se tratarem de ministros que ocupam cargos-chaves às reformas mais importantes – a política e a trabalhista –, demonstram que terão de ser negociadas com a oposição direitista e os grupos monopolistas.

O fundamental desse processo está em que situação e oposição não podem evitar as reformas, embora limitadas, sem empurrar as massas à radicalização. As ilusões democráticas das massas continuam vigentes, embora desgastadas diante do governo “socialista” de Bachelet e da constante repressão ao movimento estudantil.

A reforma ministerial não teve por objetivo “limpar” o governo dos “corruptos”. A presidente pretende comprometer as forças do NM na defesa da governabilidade, conter os conflituosos interesses das frações em luta em torno da política econômica e do aparelho do Estado e evitar uma debandada que leve à desintegração do governo.

A primeira medida nesse sentido foi o acordo entre os partidos, em princípios de maio, de assinar a “*Declaração Conjunta sobre Probidade e Transparência*”. Apresentada como uma medida que objetiva “lutar” contra a corrupção, esse “pacto”, no entanto, tem por objetivo fundamental pôr um limite à crise política, aprofundada pela “guerra” de denúncias de todos os lados (como aqui no Brasil, ninguém se salva). O acordo coloca tanto a direita fascista (UDI) quanto o reformismo (PS e PCCH) no mesmo campo de defesa da “*institucionalidade em vigência*”. Isto é, no mesmo campo de classe de defesa dos métodos e instituições pelos quais se materializa a ditadura de classe da burguesia.

A segunda diz respeito à reforma política (lei da “ficha limpa”, fim do financiamento privado das campanhas, a responsabilidade penal das empresas – Lei 20.393 –, proibição de contratos com familiares de funcionários políticos, fim da reeleição “indefinida”, inscrição pública dos registros de militantes, mecanismos de consulta popular, etc.). A reforma da educação (redução do financiamento público às privadas, criação da “carreira docente”, avaliação de desempenho, prêmios salariais à “produtividade” e à evolução acadêmica, etc.) está travada e enfrenta a rejeição massiva de estudantes e professores. A reforma trabalhista (obrigatoriedade de manter serviços mínimos nos setores em greve, ampliação dos direitos e das condições para a sindicalização, exclusão da lei dos ajustes salariais vinculados ao IPC – Índice de Preços de Consumo – etc.) é rejeitada tanto por sindicalistas quanto por empresários.

A manutenção pelo governo das promessas reformistas, nestas condições, só pode servir de palanque para ludibriar as massas e arrastá-las ao campo das manobras burguesas. É nesse sentido que um

setor das massas é arrastado pela CUT, influenciada pelo estalinismo, a se limitar às disputas parlamentares. No entanto, essas manobras estão fortemente limitadas pela necessidade da burguesia de aprofundar o ataque às condições de vida e trabalho das massas. As greves operárias ganham projeção no país e colocam a burocracia em dificuldades. As mobilizações estudantis e de professores, por outro lado, ocupam prédios escolares e universidades e exigem que seja a população que estabeleça, através de mecanismos de consulta e debate popular, os lineamentos da Reforma da educação.

Há anos os políticos burgueses e pequeno-burgueses, tanto da situação como da oposição, afundaram na corrupção e na subserviência perante o grande capital. O financiamento privado das campanhas eleitorais e dos partidos constitui uma função econômica do regime capitalista. A compra e venda de políticos servem ao lobby empresarial e à defesa de seus interesses e lucros no seio do Estado.

Os casos de corrupção mais recentes vieram à tona no quadro de agravamento da rejeição e desaprovação popular do Governo e do Parlamento, envolvendo todos os partidos da ordem burguesa. Segundo pesquisas, o governo tem um índice de desaprovação popular de 70% e o Parlamento de 79%. Fenômeno esse que tinha se manifestado embriunariamente nas eleições de 2013, que alavancaram Bachelet à presidência. Naquele momento, 58% dos aptos a votar não compareceu. O agravamento da crise econômica projetou a crise do regime. No campo da luta contra os governos, as massas tentam resolver os graves problemas colocados à sua maneira. Mas, a ausência de uma direção revolucionária impede que essa tendência de choque com o Estado e o capitalismo se desenvolva em política consciente, socialista. E acabe canalizada para a ilusão na possibilidade de impor as reformas ao governo impostor. Observa-se que as grandes mobilizações, quase que sem exceção, se colocam como a força de pressão sobre os partidos para que eles impulsionem as reformas.

A CUT está submetida à NM. Levanta-se como um grande obstáculo à independência política dos explorados e da juventude. O PCCH atua para enganar as massas acenando com possibilidade de impor à direita a promessa eleitoral de Bachelet de abrir um processo constituinte para reformar a Constituição herdada do pinochetismo.

A UDI (partido que organizou as forças golpistas e direitistas), que tem forças suficientes para barrar quaisquer iniciativas no Parlamento, rejeita essa possibilidade. Abrir as portas à reforma constitucional significa, para a UDI, que o movimento popular poderia mexer nas bases jurídicas e políticas do parasitismo da burguesia chilena e dos monopólios imperialistas no país. Bases que foram montadas a sangue e fogo pela ditadura pinochetista. Além disso, a própria NM tem rejeitado nos últimos dias a via da Assembleia Constituinte. Propõe em seu lugar mecanismos consultivos, que servirão para enganar as massas.

A tarefa colocada para o proletariado chileno e os demais oprimidos é a de conquistar sua independência política e organizativa diante dos partidos da burguesia e do seu Estado. O que implica constituir uma vanguarda livre do velho estalinismo e socialismo socialdemocrata. Que trabalhe por constituir o programa da revolução proletária.

O Comitê Construtor do POR do Chile é o embrião dessa vanguarda. Está em suas mãos a tarefa de formação de quadros marxista-leninista-trotskistas. É fundamental para seu desenvolvimento que responda à crise política, que esteja à frente na defesa das reivindicações e que combata firmemente o estalinismo e o reformismo socialista. É preciso desmascarar as direções que canalizam os explorados e a juventude para as falsas reformas de Bachelet. Apresentar à classe operária a estratégia do governo operário e camponês.

Sem dúvida, a rica experiência da luta de classes no Chile forjará a vanguarda que impulsionará a formação do partido proletário. Um trabalho sistemático de formulação de posições e de propaganda revolucionária permitirá o amadurecimento da vanguarda. Para isso, é indispensável um organizador coletivo, que é a imprensa revolucionária, divulgado regularmente entre os explorados e a juventude.

As potências europeias comemoraram em 8 de maio os 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Chamou atenção o fato da solenidade na Rússia e na França ocorrerem em um clima de discórdia. Em meio à celebração, esteve o espectro da guerra civil na Ucrânia e a dissensão da santa aliança imperialista com a Rússia. Os discursos de paz, de reconhecimento e reconciliação mal puderam esconder um Oriente Médio conflagrado. O intervencionismo imperialista está em plena ofensiva. Na Alemanha, como em todas as comemorações, não poderia deixar de haver menções aos horrores do Holocausto. Fato que também mal pôde esconder o retorno das tendências fascistas na Europa. A hipocrisia soou como uma farsa grotesca. Vladimir Putin agradeceu a França, Inglaterra e Estados Unidos pela vitória contra Hitler. O presidente da Alemanha visitou o cemitério soviético. No Arco do Triunfo, François Hollande e John Kerry lembraram as vítimas da guerra.

As solenidades dos 70 anos ocultaram que o nazifascismo e a guerra mundial são produtos do capitalismo. Os representantes do imperialismo se esqueceram de lembrar e condenar a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Certamente, não passou pela lembrança de John Kerry um dos acontecimentos mais brutais da Segunda Guerra Mundial que foi o uso de armas nucleares, quando o Japão já estava derrotado e praticamente rendido. Os Estados Unidos testaram a capacidade destrutiva da explosão nuclear. Estimam-se cerca de 60 milhões de mortos nesta guerra. A ex-União Soviética foi quem pagou o maior tributo – 25 milhões de russos perderam a vida. A história não conheceu destruição tão grande e uma mortandade tão vasta como nos seis anos de guerra. Em síntese, as forças produtivas enclausuradas pelas relações capitalistas de produção, sob a forma monopolista, levaram os Estados nacionais imperialistas à guerra.

Publicamos abaixo um texto documental de Leon Trotsky. A IV Internacional, que nascia sobre os escombros da III Internacional destruída pelo revisionismo estalinista, não teve como organizar o proletariado para combater as potências por meio de seu programa e métodos revolucionários. No entanto, as suas formulações marxistas se mostraram completamente corretas. Os seus fundamentos, depois de 70 anos, continuam vigentes. E a tarefa de reconstruir a IV Internacional – lembramos que se desintegrou sob o revisionismo pablita justamente no pós-guerra – está na ordem do dia. Não se pode perder de vista esse objetivo um só segundo.

Quem é o culpado de ter começado a 2ª Guerra Mundial

Leon Trotsky – 5 de setembro de 1939

Já havia falado sobre o tema da responsabilidade imediata pela guerra. Hitler começou as sangrentas operações militares que Stálin o ajudou a começar. Desta vez, a responsabilidade imediata, por assim dizê-lo jurídica do começo das ações militares se mostra mais claramente do que na guerra passada. Sabe-se que o problema da responsabilidade joga um grande papel na propaganda internacional de ambos os lados combatentes. Cada um dos estados que participam na guerra trata de atribuir a responsabilidade ao inimigo.

Do ponto de vista histórico e político, no entanto, este critério jurídico (ou diplomático) é de importância completamente secundária. Há guerras progressivas, justas, e há guerras reacionárias, injustas, independentemente de quem “as comece”. De uma perspectiva histórico-científica, são guerras progressivas, justas, aquelas que servem à libertação das classes e nações oprimidas e que fazem avançar assim a humanidade. Pelo contrário, são reacionárias as guerras que servem para preservar a ordem social ou para escravizar as classes trabalhadoras e as nações atrasadas ou débeis. Consequentemente, o que reveste de uma importância decisiva não é quem “começou”, quem aparece como “agressor”, mas sim que classe que dirige a guerra e em função de quais objetivos históricos. Se a classe oprimida ou uma nação oprimida aparecem como “agressores” em prol de sua libertação, sempre apoiaremos essa agressão.

A tentativa de apresentar a próxima guerra como uma guerra entre as democracias e o fascismo se arrebitou diante do curso real dos acontecimentos. A guerra atual, cujos protagonistas a começaram antes de assinar o Tratado de Versalhes, surgiu como produto das contradições imperialistas. Era tão inevitável como o choque de dois trens que se dirigem incontrolavelmente um contra o outro no mesmo trilho.

Os principais antagonistas no continente europeu são Alemanha e França. Na luta pela hegemonia da Europa e por suas posições coloniais, a França procurou manter dividida e debilitada a Alemanha (a Alemanha democrática, não a fascista). Neste sentido, o imperialismo francês foi a parteira do nacional socialismo alemão. Pelo contrário, a Inglaterra, que tinha interesse em romper a hegemonia da França na Europa e suas pretensões internacionais, começou em seguida depois de Versalhes a apoiar Berlim contra

Paris. O rearmamento da Alemanha nazista teria sido impossível sem a ajuda direta da Inglaterra. Assim, os antagonismos dissimulados, mas profundos, entre as democracias foram a alavanca de Hitler.

Em Munique, a Inglaterra apoiou Hitler com a esperança de que ficasse conformado com a Europa central. Mas algumas semanas depois, a Inglaterra “finalmente descobriu” que o imperialismo alemão pretendia dominar o mundo. Na qualidade de potência colonial mundial, a Grã-Bretanha não podia deixar de responder com a guerra às pretensões desenfreadas de Hitler.

As maquinações diplomáticas, os malabarismos com a fórmula “democracia versus fascismo”, os sofismas a respeito a quem cabia a responsabilidade, não nos devem fazer esquecer que a luta se trava entre escravistas imperialistas de bandos opostos por uma nova divisão do mundo. Por seus objetivos e seus métodos, a guerra atual é a prolongação direta da anterior, com a diferença de que a putrefação da economia capitalista é muito maior e os métodos de destruição e extermínio são muito mais terríveis.

Consequentemente, não vejo a menor razão para modificar os princípios a respeito da guerra elaborados entre 1914 e 1917, pelos melhores representantes do movimento operário sob a direção de Lênin. A guerra atual é reacionária do lado de ambos os bandos. Qualquer que seja o bando que triunfe, a humanidade retrocederá enormemente.

A tarefa dos verdadeiros representantes da classe operária e das nações oprimidas não consiste em ajudar um setor imperialista contra o outro, mas de levar as massas trabalhadoras de todos os países a compreender o sentido reacionário da guerra presente, a elevar seu programa (federação socialista de nações) e a preparar-se para substituir o regime de saque pelo da cooperação mundial.

Este é o programa da IV Internacional. Parece utópico para os pseudo realistas, que não compreendem a lógica do desenvolvimento histórico. A IV Internacional agora reúne uma pequena minoria. Mas o partido de Lênin também representava uma minoria insignificante antes da Primeira Guerra anterior, e não merecia a não ser desprezo dos charlatões. A guerra é uma escola severa. Em seu fogo queimarão os velhos preconceitos e hábitos dos escravos! As nações sairão destas guerras diferentes de como entraram e reconstruirão nosso planeta seguindo as leis da razão.

(Extraído da Obra Escritos, León Trotsky, tomo XI, 1939-40, vol. 1)